



UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

MARIA EDUARDA MAIA AGUIAR

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA SOCIEDADE

CAPITALISTA: uma reflexão interseccional da classe com os marcadores de
raça e gênero

Rio de Janeiro
Novembro de 2024

MARIA EDUARDA MAIA AGUIAR

A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA SOCIEDADE

CAPITALISTA: uma reflexão interseccional da classe com os marcadores de
raça e gênero

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Serviço Social da Escola de
Serviço Social da Universidade Federal do Rio
de Janeiro (UFRJ) como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de bacharel
em Serviço Social, sob a orientação de Mably
Trindade.

Rio de Janeiro
Novembro de 2024

CIP - Catalogação na Publicação

A282e Aguiar, Maria Eduarda Maia
A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA SOCIEDADE
CAPITALISTA: uma reflexão interseccional da classe
com os marcadores de raça e gênero / Maria Eduarda
Maia Aguiar. -- Rio de Janeiro, 2024.
74 f.

Orientador: Mably Jane Trindade.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de
Serviço Social, Bacharel em Serviço Social, 2024.

1. Gênero. 2. Raça. 3. Classe. 4. Trabalho
Doméstico. 5. Exploração. I. Trindade, Mably Jane,
orient. II. Título.

MARIA EDUARDA MAIA AGUIAR

**A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA SOCIEDADE
CAPITALISTA: uma reflexão interseccional da classe com os marcadores de
raça e gênero**

TCC aprovado em: 28 de Novembro de 2024.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Mably Jane Trindade Tenenblat – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)

Prof.^a Dra. Cibele Henriques
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)

Profº. Dr. Genesis de Oliveira Pereira
Universidade Federal do Rio de Janeiro – (UFRJ)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Filosofia e Ciências Sociais - CFCH
Escola de Serviço Social - ESS

**ATA – BANCA EXAMINADORA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Estudante: Maria Eduarda Maia Aguiar	DRE: 119153138
--	--------------------------

Título do TCC: A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: uma reflexão interseccional da classe com os marcadores de raça e gênero
--

Composição da Banca

Presidente da banca/orientador(a): Prof.^a Dra. Mably Jane Trindade Tenenblat

Assinatura:

Membro da banca: Prof.^a Dra. Cibele Henriques

Documento assinado digitalmente

Assinatura:



CIBELE DA SILVA HENRIQUES
Data: 29/11/2024 06:16:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro da banca: Prof.^o Dr. Genesis de Oliveira Pereira

Assinatura:



GENESIS DE OLIVEIRA PEREIRA
Data: 01/12/2024 18:51:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Parecer:

<input checked="" type="checkbox"/> APROVADO	<input type="checkbox"/> APROVAÇÃO CONDICIONADA*	<input type="checkbox"/> REPROVADO**
--	---	--------------------------------------

Data de realização da banca

28 | 11 | 2024

* Em caso de “aprovação condicionada”, pontue as indicações da banca para o TCC, em parecer.

** Em caso de “reprovação” pontue as indicações da banca para o TCC e indique uma nova data para a realização de nova banca, em parecer.

OBSERVAÇÕES:



Dedicatória:

Dedico essa monografia a minha família.

Viver é um rasgar-se e remendar-se.
(Guimarães Rosa)

AGRADECIMENTOS

Escrevo esses agradecimentos em um momento de muita angústia, com a aproximação da data de apresentação do trabalho, diante de uma banca examinadora. Porém, ao olhar para a minha jornada pela faculdade, só existe um sentimento: Gratidão!

Não posso deixar de agradecer a minha mãe, meu pai, meus avós, meus padrinhos e tios, meus irmãos, meus primos, minhas pets Kira e Shanti, aos professores e professoras que têm o cuidado de passar todos os conteúdos com carinho e que cativam seus alunos e, principalmente, as minhas amigas que compartilharam essa jornada e todos os seus desafios.

Estar na UFRJ tem um significado muito importante, não achei que seria capaz de estudar em uma das melhores faculdades do Brasil, com o histórico de ensino médio que eu tinha. Mas, quando a possibilidade se tornou real, me apeguei a esse sonho, sonho esse que eu nem sabia que tinha, e isso foi o responsável por me guiar por toda graduação.

Gostaria de agradecer aos professores que farão parte da banca examinadora desse trabalho: Professora Cibele e Professor Genesis, por aceitarem o convite e pelas pertinentes contribuições que farão a esta despretensiosa monografia. Estou muito ansiosa para ouvir vocês!

Quero agradecer, especialmente, a minha orientadora, professora Mably, que conseguiu criar junto comigo este trabalho do qual tenho tanto orgulho. Nossa relação é muito especial, desde nossa primeira e única matéria antes de nos juntarmos novamente para dar início as orientações do trabalho de conclusão de curso.

Cabe destacar aqui que a disciplina de Serviço Social II teve muita influência sobre este trabalho e isso se dá pela forma descontraída, leve, afetuosa e criativa que Mably adota dentro de sala de aula.

Por fim, muito obrigada a todas as pessoas que têm feito parte dessa jornada.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ASPLANDE	Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRASS	Centro de Referência da Assistência Social
ESS	Escola de Serviço Social
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPP	Instituto Pereira Passos
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Neutros.
NIS	Número de Identificação Social
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCs	Organizações da Sociedade Civil
REPEM LAC	Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e Caribe
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
SPM/PR	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
OIT	Organização Internacional do Trabalho

RESUMO

AGUIAR, Maria Eduarda. A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA SOCIEDADE CAPITALISTA: uma reflexão interseccional com os marcadores de raça e gênero. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, novembro de 2024.

Na presente monografia, propõe-se a realização de uma análise sobre os desafios enfrentados pelas empregadas domésticas, considerando a interseção de elementos como o machismo e estruturas sexistas historicamente construídas no Brasil, em consonância com os marcadores de raça e gênero. O escopo desta pesquisa abrange a correlação entre a relação patriarcal e capitalista, que coloca em xeque a autonomia e a qualidade de vida das mulheres. É importante destacar que a escolha deste tema está fundamentada na imbricação da discussão de gênero com a questão racial, sendo esta última um dos elementos centrais do debate. Parte-se do pressuposto inicial de que, para além da sobrecarga decorrente da conciliação entre maternidade, estudos, trabalho e a incessante rotina doméstica, as empregadas domésticas enfrentam profundas e diversas invisibilidades e violações no seu cotidiano, resultados de uma cultura enraizada na violência, no machismo, no patriarcado e na marginalização. Logo, o objetivo central deste trabalho reside em conferir maior visibilidade às demandas por direitos dessas mulheres, evidenciando os limites e dificuldades na divisão das tarefas relacionadas ao cuidado, por exemplo, que recaem inexoravelmente sobre seus ombros. Ademais, busca-se destacar as fragilidades inerentes ao modelo das atuais políticas sociais, marcadas por traços conservadores e machistas. Com relação à metodologia adotada, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, realizada por meio de consultas em artigos, livros, dissertações, teses e matérias jornalísticas sobre a temática, explorando, assim, uma variedade de obras literárias originárias de distintos períodos e autores. Por fim, as principais referências teóricas que influenciaram a construção dessa pesquisa foram: Silvia Federici (2017 e 2019), Ângela Davis (2016), Lélia González (2020), Judith Butler (2018), Joan Scott (1995) e Sueli Carneiro (2011 e 2020). Além das mencionadas intelectuais, foram utilizados, também, Eric Hobsbawm (1989 e 1995); Clóvis Moura (1984), dentre outras referenciais importantes.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Classe. Trabalho Doméstico. Exploração.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
A escolha do objeto de pesquisa.....	9
Procedimentos metodológicos.....	10
Estrutura do TCC.....	10
1. A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA EUROPA E SEUS REBATIMENTOS NO BRASIL.....	12
1.1 A ascensão do capitalismo europeu no século XIX.....	13
1.2 O capitalismo no século XX e as duas grandes guerras mundiais.....	15
1.3 O poderio norte-americano e a guerra fria.....	16
1.4. A exploração da classe trabalhadora brasileira.....	19
2. A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM OS MARCADORES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE.....	31
2.1 O debate atual da categoria gênero.....	31
2.2 O conceito de raça em discussão.....	33
2.3 O biopoder foucaultiano: controle sexual e docilização dos corpos femininos.....	36
2.4 Da caça às bruxas do século XV ao assédio sexual no século XXI.....	39
2.5 Análise do trabalho doméstico no Brasil numa perspectiva decolonial.....	25
3. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO E A ESCOLHA DO OBJETO DE PESQUISA.....	42
3.1 Breve trajetória histórica da instituição.....	42
3.2 Perfil da população usuária.....	43
3.3 Principais demandas do Serviço Social e a experiência no campo de estágio.....	45
3.4 Desafios enfrentados no cotidiano profissional do Serviço Social.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

Desde Marx, estudar a gênese do capitalismo é um passo obrigatório para ativistas e acadêmicos convencidos de que a primeira tarefa da agenda da humanidade é a construção de uma alternativa à sociedade capitalista.

(Silvia Federici, 2017, p.13).

A escolha do objeto de pesquisa

Cabe destacar, inicialmente, que a escolha do objeto de pesquisa guarda relação direta com a experiência de estágio que vivenciei durante um ano na Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento (ASPLANDE), uma organização que apoia o desenvolvimento de empreendimentos femininos.

Durante esse período, tive a oportunidade de conhecer de perto a história de muitas mulheres que participavam da referida Rede, compartilhando suas trajetórias e os desafios enfrentados na construção de novos negócios. Esse contato direto despertou-me reflexões sobre questões mais amplas relacionadas à exploração do trabalho, especialmente quando se tratava das mulheres, cujas histórias revelavam camadas profundas de desigualdade.

Ao cruzar essas vivências com a leitura de autoras como Silvia Federici (2017) e disciplinas cursadas ao longo da graduação que abordavam a exploração laboral, senti a necessidade de investigar mais a fundo o trabalho doméstico, uma atividade historicamente relegada a um segundo plano, mas que, na prática, sustenta muitas estruturas sociais e econômicas.

Nesse sentido, a proposta da presente pesquisa reside em traçar um panorama histórico das relações de exploração do trabalho doméstico no Brasil, evidenciando como tal exploração atinge de maneira desproporcional os corpos das mulheres negras, que, historicamente, carregam o peso das maiores desigualdades.

O objetivo, ademais, é conectar o passado com o presente, examinando como a exploração foi se moldando ao longo do tempo e chegando aos dias atuais, nos quais as mulheres negras ainda se encontram na base da pirâmide social, ocupando posições de maior vulnerabilidade.

Procedimentos metodológicos

Com relação à metodologia de pesquisa, escolheu-se o método qualitativo de pesquisa, realizado por meio de estudos e levantamentos bibliográficos e eletrônicos de artigos, dissertações, teses, livros e de periódicos, com o objetivo de analisar as especificidades da temática aqui proposta.

Além disso, foram também utilizados os trabalhos desenvolvidos para as disciplinas de Orientação e Treinamento Profissional (OTP).

Inicialmente, para a discussão da ascensão do capitalismo europeu, seu declínio – que, como se sabe, culminou em duas grandes guerras mundiais – foram utilizadas as reflexões do historiador russo Albert Zakharovitch Manfred (1981) e do historiador marxista britânico Eric John Ernest Hobsbawm (1995).

Considerando que as relações de gênero e raça na sociedade contemporânea configuram-se enquanto fenômeno basilar para a produção deste trabalho, identificou-se a necessidade de aprofundamento nos estudos de gênero a partir da apreensão das autoras expoentes desta temática como Heleieth Saffioti (1979, 1992 e 2004), Judith Butler (2018), Joan Scott (1995), Sueli Carneiro (2003 e 2020), dentre outras referências importantes.

Ademais, durante toda a construção do presente trabalho, foram utilizadas as bases de dados da Scielo e do Google Acadêmico enquanto instrumentos de pesquisa a partir da busca por palavras-chave e descritores – tais como: trabalho doméstico no Brasil, exploração do trabalho feminino, gênero e raça, exploração do trabalho de mulheres negras, dentre outros – que me direcionaram a artigos que poderiam conter elementos que fomentassem o processo argumentativo sobre um determinado assunto.

Estrutura do TCC

Cumprir mencionar que o presente trabalho foi estruturado em: introdução ao tema de pesquisa, três capítulos e considerações finais.

No capítulo 1, buscou-se abordar – de maneira breve – a ascensão do capitalismo no continente europeu antes e depois das duas grandes guerras

mundiais, com o objetivo de compreender a exploração da classe trabalhadora, sobretudo, a feminina a partir de elementos que possibilitem refletir sobre a degradação do trabalho feminino na contemporaneidade.

O capítulo 2, por sua vez, debruça-se sobre algumas categorias cruciais à compreensão da exploração e degradação do trabalho feminino no Brasil, tais como: gênero, raça e classe.

No capítulo 3, disserto sobre a minha experiência de estágio, que me levou ao interesse por estudar o presente tema de pesquisa em minha monografia

Por fim, nas considerações finais, destaca-se a importância de se expandir o debate sobre gênero, raça e trabalho, colocando a exploração do trabalho doméstico em uma perspectiva interseccional.

Ao examinar a exploração do trabalho doméstico, o objetivo não reside apenas em buscar a compreensão do passado e do presente, mas, evidenciar que apesar de ser ignorado, o trabalho doméstico é crucial para a divisão sexual do trabalho, pois, mesmo sem remuneração, ele exige tempo e esforço, afetando diretamente as oportunidades profissionais das mulheres, que, frequentemente, enfrentam carreiras interrompidas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade devido às responsabilidades domésticas.

É necessário, portanto, valorizar o trabalho doméstico, reconhecendo-o como uma atividade que vai além da inatividade econômica. Embora não gere renda diretamente, ele desempenha um papel fundamental na vida das mulheres e na sociedade em geral. Essa perspectiva contribui para compreender como as obrigações domésticas afetam a trajetória profissional feminina, revelando desigualdades persistentes e a necessidade de políticas que promovam a equidade de gênero tanto no mercado de trabalho quanto na vida privada.

1. A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E A ACUMULAÇÃO CAPITALISTA NA EUROPA E SEUS REBATIMENTOS NO BRASIL

*Senzalas, cesárias, cicatrizes
Estrias, varizes, crises
Tipo Lulu, nem sempre é so easy
Pra nós punk é quem amamenta,
enquanto enfrenta guerra, os tanque
As roupas suja, vida sem amaciante*
(Mãe, Emicida, 2015).

Como se sabe, a Europa da segunda metade do século XVIII foi marcada por profundas transformações econômicas e, também, sociais. De acordo com o historiador Eric Hobsbawm (1989), a década de 1780 trouxe mudanças muito significativas para a economia inglesa, por exemplo. A ideia do novo e do progresso disseminava-se pela Europa, que buscava pôr em prática novas invenções que se adequassem ao ritmo do cotidiano alucinante imposto pela nova ordem do trabalho.

Nas fábricas, os trabalhadores foram obrigados a seguir o ritmo das máquinas a vapor que – criadas em 1711 por Thomas Newcomen e aperfeiçoadas por James Watt – forneceram um grande impulso ao setor têxtil (HOBBSAWM, idem).

Nesse sentido, no presente capítulo, pretende-se abordar – de maneira breve – a ascensão do capitalismo no continente europeu antes e depois das duas grandes guerras mundiais, com o objetivo de compreender a exploração da classe trabalhadora, sobretudo, a feminina a partir de elementos que possibilitem refletir sobre a degradação do trabalho feminino na contemporaneidade.

Cabe destacar, ainda, que uma parte considerável das reflexões que subsidiaram a construção deste capítulo é fruto de inúmeros aprendizados e discussões travados ao longo da disciplina “Serviço Social II”, ministrada pela professora Mably, no segundo semestre de 2021, portanto, ainda no contexto pandêmico.

Na concepção de Mably, para se compreender a modernização do Serviço Social e a sua contestação na América Latina e no Brasil, bem como o papel do Desenvolvimento de Comunidade nos Estados Unidos e sua difusão

na América Latina, no quadro do debate da relação desenvolvimento e subdesenvolvimento, era fundamental também a compreensão da situação internacional do pós-II Guerra Mundial, razão pela qual uma das unidades da referida disciplina dedicou-se ao livro de Eric Hobsbawm (1995), bastante utilizado neste capítulo.

1.1 A ascensão do capitalismo europeu no século XIX

De acordo com Manfred (1981), a revolução industrial – iniciada na segunda metade do século XVIII na Grã-Bretanha – espalhou-se pelo resto da Europa (França, Estados Alemães e Italianos, Áustria e Rússia) e, também, tinha avançado na jovem república do outro lado do Atlântico, ou seja, os Estados Unidos.

As máquinas começavam a substituir o trabalho manual em toda a parte. Os novos inventos e aperfeiçoamentos nas indústrias têxteis, na metalurgia e na construção de motores, e o aparecimento da engenharia industrial (isto é, a construção de máquinas para produzir outras máquinas) provocaram uma aceleração rápida dos processos de produção. A revolução tecnológica na esfera dos transportes, que começou no século XIX, teria também um enorme impacto em todos os ramos da indústria (MANFRED, 1981).

Ainda segundo Manfred (idem), em 1829, foi aberto o primeiro caminho de ferro, que funcionava só com máquinas a vapor, entre Manchester e Liverpool, numa distância de sessenta quilômetros. Em 1831, a construção dos caminhos de ferro começou nos Estados Unidos, em 1832 em França e em 1837 na Rússia.

De acordo com o supracitado autor (ibidem), em 1840 os caminhos de ferro do mundo já tinham um comprimento total de oito mil quilômetros e as décadas seguintes assistiram a um crescimento extremamente rápido: cinquenta mil quilômetros em 1850, cem mil em 1860 e duzentos e dez mil em 1870.

Esta extraordinária expansão dos transportes ferroviários teve um enorme significado: incrementou o crescimento do comércio interno e externo, aumentou muito a procura de metais e combustíveis, promovendo deste modo

o desenvolvimento das indústrias correspondentes e finalmente serviu para acelerar a industrialização de grande número de países.

Quase simultaneamente a invenção do barco a vapor teria como resultado outra revolução nos transportes. Logo, à medida que as inovações técnicas eram aperfeiçoadas, particularmente o barco a vapor, as grandes extensões de água que antes constituíam grandes barreiras para as comunicações, contribuíram para as facilitar.

Todavia, não se pode ignorar as consequências da revolução industrial, uma vez que o rápido desenvolvimento do capitalismo no século XIX levou ao crescimento de grandes cidades industriais na Europa e nos Estados Unidos.

Desse modo, massas de trabalhadores começavam a concentrar-se nas cidades onde se encontravam as grandes fábricas. Na Inglaterra, onde a industrialização tinha sido particularmente rápida e estava quase realizada na primeira metade do século XIX, as mudanças que a acompanharam eram evidentes e inequívocas.

Apareceram então duas classes principais, a burguesia industrial e o proletariado industrial, enquanto as restantes classes – o campesinato, a nobreza e a pequena burguesia – passavam a desempenhar um papel pouco importante.

A burguesia e o proletariado apareceriam, então, como as duas principais classes sociais em outros países onde o capitalismo estava se formando – tais como a França, a Alemanha e os Estados Unidos. Contudo, nesses países, o campesinato era ainda numericamente superior ao proletariado industrial e o poder continuou ainda nas mãos dos grupos pré-capitalistas: a nobreza e os proprietários de terras.

Cabe destacar, ainda, que o rápido desenvolvimento do capitalismo no século XIX serviria para consolidar a riqueza e o poder da burguesia. Com um enorme capital e fundos à sua disposição, a burguesia não estava disposta a aceitar a sua relativa falta de direitos na maior parte das monarquias europeias, e começou a aspirar a um papel político decisivo ou pelo menos à participação na administração do Estado.

A burguesia, nesta fase, utilizava ainda uma tática cautelosa. Enquanto submetia a classe operária a uma exploração impiedosa e acumulava lucros à custa dos trabalhadores mal pagos, a burguesia começava

a temer os trabalhadores. E, assim, a monarquia, apesar da sua presunçosa arrogância, começou a parecer menos perigosa para a burguesia do que os próprios trabalhadores, porque com a primeira ela podia sempre chegar a um acordo, enquanto não havia esperança de chegar a acordo com os trabalhadores explorados, porque as duas classes, exploradores e explorados, eram irreconciliáveis nos seus conflitos, com interesses de classes opostos.

Foi por isso que, na sua luta pelo poder neste período, a burguesia procurou evitar a revolução e usou toda a sua força, de preferência, no sentido de efetuar reformas de cúpula sem a participação do povo.

1.2 O capitalismo no século XX e as duas grandes guerras mundiais

No início do século XX, a sociedade burguesa liberal encontrava-se em seu auge. A Europa dominava o mundo em todos os seus aspectos, quais sejam: na economia, uma vez que a supremacia dos principais países capitalistas europeus – em destaque a Inglaterra, França, Alemanha e Bélgica – detinha, nas vésperas da I Guerra Mundial (em 1914), 62% da produção e mais de 80% dos capitais investidos no exterior. Sem mencionar que a Europa controlava os preços do mercado internacional e era a maior compradora de matérias primas e de produtos agrícolas dos países periféricos.

Ademais, de forma imperialista, a Europa dominava a Ásia, a África e a América Latina. O nacionalismo exacerbado ganhava as mentes das populações imperialistas, reforçando a radical decisão dos governos de adotarem uma política militarista, que garantia o consumo das indústrias ligadas à fabricação de armas e outros suprimentos materiais (alimento, fardas, calçados etc.) para as forças armadas.

Mas, como se sabe, a natureza do desenvolvimento capitalista apoia-se em contradições que, em determinadas conjunturas, geram crises parciais ou gerais.

Logo, a evidente situação da hegemonia burguesa europeia contrastava-se com as condições da classe trabalhadora, que, apesar de sua expansão quantitativa, continuava a luta incessante por melhorias salariais e

condições de trabalho, pressionando o capital a gastar mais com a reprodução da força de trabalho.

Ao mesmo tempo em que acirrava a competição entre as formações sociais capitalistas por novos mercados. O acirramento dessas contradições empurrou as formações sociais e econômicas imperialistas à guerra, ao rumo à “era da catástrofe”, nos termos de Eric Hobsbawm (1995) e ao “abismo econômico”. A uma guerra sem limites e de massa.

Para Eric Hobsbawm (idem), a “era da catástrofe” refere-se ao período da história mundial que compreende o início da I Guerra Mundial (1914) e o término da Segunda Guerra Mundial (1945).

Trata-se, de acordo com o referido autor (idem), de uma época marcada economicamente pela II Grande Depressão da história do capitalismo, que colocou um ponto final na prosperidade econômica que se seguiu após a I Grande Depressão, levando à falência várias empresas capitalistas, e de roldão a maioria dos trabalhadores ao desemprego e à fome.

Ademais, o espectro da fome rondava milhões de famílias que nunca haviam experimentado a realidade do desemprego por um período tão prolongado e que certamente nunca conheceram o que era estar entregues a uma situação absolutamente desesperadora.

Esse período também foi marcado pela perda da hegemonia do capitalismo europeu, liderado pela Inglaterra, pela ascensão do capitalismo dos Estados Unidos da América, pela consolidação do capitalismo monopolista e financeiro, e pelo Estado planejador dos assuntos econômicos.

1.3 O poderio norte-americano e a guerra fria

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os Estados Unidos consolidaram-se como uma das principais potências mundiais, ao lado da União Soviética, e tiveram um papel decisivo na organização do sistema monetário internacional.

Com relação às principais características do poderio norte-americano após a Segunda Guerra Mundial, podem ser destacadas algumas, tais como:

a) Plano Marshall: os Estados Unidos financiaram a reconstrução da Europa com o Plano Marshall, que tinha como objetivo garantir o apoio dos países da Europa Ocidental e evitar o avanço da União Soviética.

b) Sistema monetário internacional: tiveram um papel decisivo na criação do sistema monetário de Bretton Woods, em 1944, que estabeleceu uma taxa de câmbio fixa entre o dólar e o ouro.

c) Imperialismo: intensificaram a sua política expansionista, que se intensificou no pós-Segunda Guerra Mundial.

d) Guerra Fria: os Estados Unidos lutaram com a União Soviética pela liderança e influência global no contexto da Guerra Fria.

Eric Hobsbawm (1995) analisa a Guerra Fria como uma "Terceira Guerra Mundial silenciosa". O referido autor (idem) sugere que o mundo, mesmo após o fim da guerra em 1945, jamais experimentou uma paz genuína, vivendo sob a constante sombra de um conflito global. Apesar da ausência de batalhas diretas entre as superpotências, o estado de alerta permanente entre EUA e URSS se assemelhava a um conflito constante, ainda que sem a violência imediata de uma guerra tradicional.

Entre 1945 e 1991, o mundo passou por transformações intensas. Esse período, marcado pela Guerra Fria, foi uma era de incertezas, conforme Hobsbawm (1995) destaca, ou seja, sem qualquer consistência ou estabilidade. Ademais, o mundo estava dividido em blocos ideológicos e políticos, com os Estados Unidos liderando o bloco capitalista e a União Soviética controlando uma boa parte do globo sob a ideologia comunista.

Embora ambos os lados evitassem um conflito direto, a ameaça de uma guerra global estava sempre presente. Como o referido historiador (idem) observa, o "equilíbrio de poder" durante esse período era tênue e mantido pela aceitação tácita de zonas de influência, onde cada superpotência evitava intervir diretamente nos domínios da outra.

Cabe destacar, ainda, que os primeiros anos da Guerra Fria foram especialmente tensos, e Hobsbawm (ibidem) enfatiza que o medo de um avanço comunista, impulsionado pela Revolução Chinesa de 1949, gerava uma ansiedade palpável no Ocidente.

Nesse contexto, o monopólio americano das armas nucleares representava uma vantagem estratégica até que, em 1949, a União Soviética

desenvolveu sua própria bomba atômica. A partir desse ponto, o conceito de "destruição mútua assegurada" se firmou: qualquer guerra nuclear entre as superpotências seria catastrófica para ambos os lados, o que levou a uma espécie de "paz forçada", na qual o risco de aniquilação impedia um confronto direto.

Eric Hobsbawm (1995) também explora o impacto desse período na economia e na sociedade global. Após a guerra, o crescimento econômico foi acelerado em várias partes do mundo, especialmente no Ocidente, com programas como o Plano Marshall ajudando na reconstrução da Europa.

No entanto, o supracitado autor (idem) observa que essa prosperidade não foi compartilhada igualmente. Enquanto as nações industrializadas experimentavam melhorias na qualidade de vida, grande parte da África, Ásia e América Latina enfrentava pobreza extrema. O contraste entre a riqueza das superpotências e a miséria das regiões em desenvolvimento foi um dos paradoxos da era da Guerra Fria.

A "Cortina de Ferro", uma expressão popularizada por Winston Churchill, simbolizava a divisão entre os blocos de influência soviético e ocidental, e para Hobsbawm (1995), essa metáfora descreve não apenas o isolamento político, mas, também, a desconfiança e o medo mútuo que caracterizavam as relações entre as duas superpotências. O mundo estava suspenso em uma realidade de vigilância, espionagem e guerra psicológica, com crises internacionais – como a Guerra da Coreia¹ e a crise de Suez² –

¹ A Guerra da Coreia foi um conflito armado que ocorreu entre 1950 e 1953 na Península Coreana, entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul. O conflito foi um dos mais mortais do século XX, com um total de 2,5 milhões de vítimas. A guerra teve início quando tropas norte-coreanas invadiram a Coreia do Sul, e foi um dos resultados da divisão da península coreana no final da Segunda Guerra Mundial. Tal divisão ocorreu após a Conferência de Potsdam em 1945, quando as potências mundiais não reconheceram a ocupação japonesa sobre a Coreia. A Guerra da Coreia foi marcada por tensões entre ideologias opostas, e teve o apoio da China e da URSS à Coreia do Norte, e da ONU e dos EUA à Coreia do Sul. O conflito terminou com um armistício em 27 de julho de 1953, mas não com um tratado de paz, o que significa que tecnicamente a guerra ainda não acabou (FELIPPE, 2019).

² De acordo com Salgado Neto (2012), em 29 outubro de 1956, uma coalizão formada por Grã-Bretanha, França e Israel desfechou um ataque militar contra o Egito. A chamada Guerra de Suez constituiu-se como um confronto emblemático da instabilidade característica do ordenamento internacional do período. Nesse conflito, atores regionais – Egito e Israel –, potências coloniais – França e Grã-Bretanha – e as duas superpotências mundiais – Estados Unidos e União Soviética – atuaram todos em um mesmo cenário, manifestando nitidamente as implicações globais do conflito árabe-israelense. Em resumo, a Crise de Suez foi uma crise política iniciada quando Israel, com o apoio da França e Reino Unido, que utilizavam o canal para ter acesso ao comércio oriental, declarou guerra ao Egito. Ademais, a crise intensificou-se pela decisão dos Estados Unidos e Grã-Bretanha de não financiar a construção da Barragem

alimentando o temor de que uma escalada pudesse resultar em uma guerra nuclear.

Com o fim da Guerra Fria em 1991, após a dissolução da União Soviética, o mundo continuou em um estado de incerteza. Hobsbawm (idem) descreve o colapso soviético como o fim de uma era, mas também como o início de uma nova fase de instabilidade. A expectativa de que os Estados Unidos emergiriam como a potência dominante em uma "nova ordem mundial" rapidamente se mostrou ilusória. O vácuo de poder deixado pela Guerra Fria revelou que as divisões e os conflitos globais não haviam desaparecido – apenas assumiram novas formas.

Na visão de Hobsbawm (1995), a Guerra Fria foi marcada por grandes avanços tecnológicos e econômicos, ao mesmo tempo em que manteve o mundo em um estado de medo constante. A corrida armamentista, as guerras por procuração e a luta ideológica entre capitalismo e comunismo moldaram as políticas globais e as vidas de milhões de pessoas. Mesmo após o fim da Guerra Fria, Hobsbawm argumenta que o legado desse conflito ainda influencia o cenário internacional, com novos desafios surgindo à medida que o equilíbrio de poder entre as nações continua a mudar.

Em resumo, segundo Hobsbawm (idem), a Guerra Fria não foi apenas um conflito geopolítico entre duas superpotências, mas uma era de transformações globais que ainda moldam o mundo contemporâneo. A tensão permanente, o medo da destruição em massa e a luta por influência global definiram a segunda metade do século XX, deixando marcas profundas nas relações internacionais, na economia e na sociedade.

1.4. A exploração da classe trabalhadora brasileira

Como se sabe, os processos de precarização, terceirização e informalidade do trabalho são essenciais à expansão do capitalismo. A transformação ocorrida no modelo de organização do trabalho, tornando-o mais e mais flexível, tem sua verdadeira face na nova mobilidade dos trabalhadores tornados disponíveis como mera capacidade produtiva.

de Aswan, como haviam prometido, em razão da aproximação do Egito dos países comunistas União Soviética e Tchecoslováquia.

De acordo com Daniela Neves (2022), no contexto mundial, mas, sobretudo, no Brasil, o aumento da exploração do trabalho tem sido um dos fatores acionados como tentativa de revigorar e estabilizar a acumulação capitalista, marcada pelo desemprego estrutural.

De modo geral, a intensificação da exploração da força de trabalho tem sido acompanhada pelo rebaixamento salarial, retirada de direitos trabalhistas, focalização/privatização de políticas sociais – vincadas, como se sabe, por traços conservadores e machistas –, o aumento da idade para aposentadoria e o crescimento de impostos regressivos. Essas são tendências gerais que conformam a condição do trabalho na particularidade brasileira.

Com relação às determinações do trabalho no Brasil, cabe destacar que a crise do capital na atualidade, além de seus determinantes estruturais conhecidos – taxa de lucro decrescente associada a taxa de exploração crescente, centralidade na acumulação global do capital portador de juros e concentração/centralização de capitais – tem condicionantes conjunturais da maior importância que complexificam a natureza estrutural da crise, quais sejam: a disputa pela hegemonia capitalista mundial e a tragédia da pandemia do novo coronavírus (SAR-V-02) (NEVES, 2022).

No Brasil, a crise capitalista mundial se particulariza pela condição de uma economia destruída – a economia brasileira encolheu -9,7% no segundo trimestre de 2020, na comparação com o trimestre anterior o pior resultado desde o início da série histórica, iniciada em 1996 (DIEESE, 2020) – a organização social e institucional democrática abalada e ameaçada, e a crise política marcada pelo avanço de projetos autocráticos e protofascistas (NEVES, *idem*, p. 13).

Ainda de acordo com a autora (*ibidem*), amplos segmentos da classe trabalhadora só têm possibilidade de realizar trabalhos cada vez mais precários e repletos de informalidade, seja nos países centrais ou na periferia do capitalismo. Trata-se da pactuação política e econômica dos setores da classe dominante para realizar ajustes no conjunto dos direitos sociais e produzir um modelo atualizado de organização do trabalho que favorece a acumulação, amplia a exploração e degrada as condições concretas do trabalho.

Com relação à precarização do trabalho doméstico no Brasil, cumpre mencionar que para muitos(as) pesquisadores(as), trata-se de uma herança

escravocrata³. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 2018, 6,2 milhões de pessoas desempenhavam tarefas domésticas sob remuneração. Esse ofício abrange atividades como as de diaristas, babás, jardineiros, cuidadores e caseiros. Desse universo, 5,7 milhões, ou seja, 92%, são mulheres, das quais 3,9 milhões, negras.

O trabalho doméstico, portanto, não é apenas uma extensão da exploração escravista, mas, também, uma das muitas facetas do controle social e econômico que já existia na sociedade colonial, refletindo a brutal hierarquia racial e de gênero que estruturava as relações naquele período. A importância das mulheres negras naquele cenário foi imensa, pois, mesmo em um contexto de extrema opressão, elas desempenhavam papéis essenciais na manutenção do cotidiano das famílias coloniais.

No Brasil, as pessoas escravizadas, principalmente mulheres, também trabalhavam dentro das casas dos senhores, com atividades relacionadas ao cuidado. Com o fim da escravidão, sem qualquer tipo de política de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, o que ficou disponível para a população negra foram as atividades informais ou a continuidade do trabalho doméstico.

Nessa esteira, é bastante comum, no Brasil, que famílias de classe média contratem os serviços de empregadas domésticas porque ainda existe, no país, uma divisão equivocada entre o trabalho braçal e o intelectual, no qual o primeiro é extremamente depreciado. Assim, as ocupações relacionadas ao cuidado e à limpeza da casa são profundamente desvalorizadas do ponto de vista da remuneração e do reconhecimento social.

A desvalorização do trabalho doméstico foi observada, por exemplo, em episódios como a mobilização contrária à Emenda Constitucional 72, que ficou conhecida como PEC das domésticas, aprovada em 2012. A emenda estendeu os direitos trabalhistas aos profissionais do trabalho doméstico:

Entre a consolidação das leis trabalhistas e a ampliação desses direitos para as empregadas domésticas, existe uma lacuna de quase 70 anos, o que é muito revelador do desprestígio social dessa atividade profissional. A revolta de certa parcela da população com a extensão desses direitos demonstra uma indisposição em assegurar

³ Trabalho doméstico no Brasil é herança escravocrata', diz professor da UFMG. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/trabalho-domestico-no-brasil-e-heranca-do-periodo-escravocrata-diz-professor-da-ufmg>. Último acesso em 26.10.2024.

um respeito mínimo à atividade exercida por essas profissionais (RODRIGUES, 2020, s/n)⁴.

Com a urbanização e o fim da escravidão, as condições do trabalho doméstico mudaram, mas as marcas do passado escravocrata continuaram presentes. As senzalas foram substituídas pelo "quarto da empregada" nas casas urbanas, um cômodo pequeno, mal ventilado e frequentemente insalubre.

Santos (2010) aponta que esses quartos mantinham as trabalhadoras próximas dos empregadores, facilitando o controle sobre o trabalho e limitando o tempo de descanso, além de reforçar o isolamento dessas mulheres de suas próprias famílias, em uma continuidade simbólica das senzalas.

Embora o espaço para as trabalhadoras nas casas urbanas parecesse uma "melhoria" em relação às senzalas, na verdade, perpetuava a lógica da servidão. A falta de condições adequadas e a impossibilidade de controlar suas próprias rotinas reforçavam a subordinação dessas mulheres, que continuavam presas a relações de exploração mesmo após o fim formal da escravidão. A falsa noção de afeto entre empregadores e empregadas era usada para justificar ou suavizar a exploração, criando uma dependência emocional que mantinha as hierarquias sociais.

A continuidade histórica do trabalho doméstico no Brasil, desde o período colonial até os dias atuais, carrega as marcas profundas da escravidão. O "quarto da empregada", como apontam Santos e Gomes (2010 e 2016), é um exemplo claro de como essa herança escravocrata continua a moldar as relações de trabalho doméstico no país.

A vida das trabalhadoras domésticas, especialmente durante o período escravocrata e nas décadas seguintes, foi marcada pela desconexão emocional e física com suas próprias famílias, pois eram forçadas a criar laços afetivos com os empregadores enquanto suas próprias relações familiares eram negligenciadas.

Esse "afeto" nunca foi recíproco de forma igualitária. Havia uma clara segregação quanto ao uso de espaços e objetos domésticos, com restrições ao uso de banheiros, utensílios e alimentos, e a proibição de permanecer nos

4

Disponível

em:

<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/trabalho-domestico-no-brasil-e-heranca-do-periodo-escravocrata-diz-professor-da-ufmg>. Último acesso em 26.10.2024.

cômodos enquanto os patrões estavam presentes. Essas regras reforçavam a hierarquia e lembravam constantemente as trabalhadoras de sua posição inferior, mesmo sendo essenciais para a manutenção do lar.

Conforme Graham (1992), citado por Bernardino-Costa (2007), as relações de trabalho eram (e ainda são) regidas por um "código moral" implícito, no qual os patrões ofereciam proteção, alimentação e moradia em troca de obediência e fidelidade. Esse contrato social disfarçava as desigualdades, justificando a subordinação e exploração, pois a "proteção" oferecida frequentemente vinha acompanhada de abusos.

Questiona-se, portanto, a autenticidade dos laços afetivos entre empregadas e patrões. As trabalhadoras, muitas vezes restritas ao ambiente de trabalho e dependentes dos patrões para moradia e sustento, poderiam se acomodar ao tratamento recebido por pura necessidade de sobrevivência. A aceitação das condições de trabalho e das privações poderia ser vista como uma forma de resistência silenciosa, dada a severidade das punições e a falta de alternativas para fugir das relações opressivas.

Cabe pontuar que durante o período colonial, o trabalho feminino foi profundamente influenciado pela cultura portuguesa, na qual as mulheres eram responsáveis pela administração do lar e da família. No entanto, as escravas que executavam essas tarefas não eram vistas com o mesmo respeito ou reconhecimento. Não havia espaço para dignidade ou respeito às mulheres escravizadas, que eram tratadas como instrumentos de trabalho.

Enquanto a Europa passava por mudanças com a Revolução Industrial, o Brasil permanecia preso a um modelo colonial, com uma economia dependente do agronegócio e da escravidão. A industrialização só se iniciou no final do século XIX, após a abolição, o que prolongou a lógica de exploração do trabalho. Os vestígios do passado colonial e escravocrata continuaram a influenciar as relações de trabalho, especialmente no serviço doméstico.

A trajetória de exclusão e subjugação que começou nas senzalas e evoluiu para os quartos de empregada nas casas urbanas mostra como a sociedade brasileira ainda carrega as marcas do período escravocrata. O trabalho doméstico, predominantemente realizado por mulheres negras, permanece uma das áreas em que a desigualdade social é mais evidente.

Essas trabalhadoras ainda enfrentam condições precárias, baixos salários e falta de direitos trabalhistas. A luta por reconhecimento, dignidade e igualdade continua sendo uma questão urgente na sociedade contemporânea.

Ademais, de acordo com Ferreira (2020), urge compreender que o capitalismo no Brasil não opera de modo idêntico ao de países europeus, que trabalhadores brasileiros não são trabalhadores europeus – mesmo que a produção de valor e mais-valor os coloque em contato.

Nessa esteira, as novas estruturas do mercado de trabalho – promovidas pela reestruturação produtiva e pela ofensiva neoliberal – facilitam a exploração da força de trabalho das mulheres, especialmente negras, em ocupações em tempo parcial, substituindo homens pelo trabalho feminino mal pago, com salários mais baixos, em posições precarizadas, ou seja, sem carteira assinada e direitos trabalhistas. Dados oficiais revelam que as mulheres negras estão presentes em maior grau nas ocupações em tempo parcial, demonstrando também as desigualdades entre homens e mulheres no que se refere à divisão das tarefas domésticas (TEIXEIRA; GÓIS, 2020):

O cenário supracitado pode ser explicado pela dificuldade das mulheres negras alcançarem níveis de escolaridade mais elevados, ainda que se tenha observado algum avanço nesse âmbito nos últimos anos (IPEA, 2017). Elas estão presentes em maior grau em posições precarizadas (sem carteira assinada e nos serviços domésticos) e com menores rendimentos (DIEESE, 2017). Por serem mais pobres, apresentam uma inserção precoce no mercado de trabalho, situação que as impossibilitam obter uma formação mais qualificada e especializada (TEIXEIRA; GÓIS, idem, p. 381).

Ainda de acordo com Kamila Teixeira e João Bosco Góis (idem), as mulheres negras mais escolarizadas, mesmo superando a barreira educacional, encontram dificuldades de ascender a postos de trabalho que exigem mais de dez anos de estudo e formação universitária, pois a discriminação está relacionada à cor da pele.

Segundo Oracy Nogueira (2007), no Brasil, a dinâmica racial é balizada pelo “preconceito de marca”, isto é, quanto mais escura a cor da pele, maior o nível do preconceito racial.

Esta questão guarda uma estreita relação com o mecanismo de seleção do mercado de trabalho baseado no critério de “boa aparência”, “que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras” (CARNEIRO, 2020, p. 03).

Por conseguinte, observa-se que o peso da discriminação é mais forte sobre essas trabalhadoras negras, uma vez que a cor e o sexo apresentam-se como aspectos limitadores quando as diferenças no campo educacional são eliminadas.

2. A DEGRADAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM OS MARCADORES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

*A merendeira desce, o ônibus sai
Dona Maria já se foi, só depois é que o Sol nasce
De madrugada é que as aranha tece no breu
E amantes ofegantes vão pro mundo de Morfeu*
(A ordem natural das coisas, Emicida / Damien Seth, 2019).

Neste capítulo, são discutidas algumas categorias cruciais à compreensão da exploração e degradação do trabalho doméstico no Brasil, tais como: gênero, raça e classe.

Ademais, o capítulo destacar que ao se compreender as relações sociais, de gênero e de poder, fica evidente que ambos estão interligados, refletindo um processo social contínuo que se molda com o tempo e com os contextos históricos e políticos. Essas relações envolvem múltiplos eixos interseccionais e são influenciadas por ideologias e símbolos culturais que variam conforme as circunstâncias históricas e políticas.

2.1 O debate atual da categoria gênero

Até a década de 1960, segundo Trindade (2019), os estudos sobre gênero despertavam pouco interesse acadêmico. Isso começou a mudar quando profundas transformações socioculturais abalaram conceitos tradicionalmente vistos como universais e imutáveis.

Nas décadas seguintes, tais mudanças intensificaram-se, impulsionadas por transgressões nas fronteiras sexuais e de gênero e pelas novas tecnologias reprodutivas, que desestabilizaram certezas antigas, subvertendo a forma como entendemos aspectos como nascimento, crescimento, amor e morte (LOURO, 2008).

Trindade (2019) assinala ainda que, nesse contexto, a construção de identidades sexuais e de gênero foi profundamente alterada, deixando de ser algo exclusivamente pessoal e privado para se tornar uma questão social, política e ideológica. Esse novo panorama gerou debates acalorados e a

formulação de conceitos que separavam sexo de gênero, enfatizando que esses termos não são necessariamente congruentes.

A partir desse momento, o gênero passou a ser utilizado para contestar a naturalização das diferenças sociais entre os sexos, revelando que homens e mulheres são constituídos socialmente e ocupam posições hierárquicas e de antagonismo (PISCITELLI, 2009).

Os estudos de gênero não negam a existência do sexo biológico, mas rejeitam a ideia de que ele seja a única dimensão relevante. Tais estudos investigam como as categorias que diferenciam as pessoas são construídas e modificáveis ao longo do tempo.

No século XXI, ideias simplistas e estereotipadas, como "rosa para meninas e azul para meninos", reforçam preconceitos e perpetuam normas rígidas de gênero. Essas noções arcaicas, além de serem limitadoras, impõem expectativas sociais estritas e contribuem para a manutenção de desigualdades. É essencial questionar esses paradigmas para promover a diversidade e a igualdade.

As instituições sociais, ao perpetuarem desigualdades, colocam as mulheres em posições inferiores. Na década de 1970, as feministas introduziram o conceito de gênero, impactando as Ciências Humanas e Sociais e contestando a naturalização das diferenças entre os sexos (PISCITELLI, 2009).

Segundo Joan Scott (1995), a desigualdade entre os sexos é uma construção social, moldada por interpretações dos papéis de gênero estabelecidos por contextos histórico-sociais.

Scott (idem) propôs que o gênero é um elemento central nas relações sociais e na atribuição de significado às relações de poder, sendo ao mesmo tempo uma construção social e uma convenção institucional. A oposição binária entre masculino e feminino sustenta as normas que justificam o poder político como algo natural ou divino, o que fortalece o sistema de desigualdade.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, inúmeras críticas emergiram em relação à distinção rígida entre sexo e gênero, destacando que essa separação conferia uma fixidez indesejada às identidades de gênero. As críticas sugeriam que essa distinção ignorava o movimento dialético e as mudanças históricas nas relações de gênero.

Scott (ibidem), ao romper com essa abordagem reducionista, propôs uma análise que inclui eventos, influências e contextos diversos, enfatizando que o gênero não pode ser simplesmente explicado por fatores biológicos ou estruturais.

Para além de uma visão simplista, Joan Scott (ibidem) argumenta que o gênero é construído em um contexto de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e serve como forma de atribuir significado às relações de poder.

Butler (2006, 2015), por sua vez, também explora o conceito, argumentando que o gênero é uma identidade construída a partir de atos repetidos e estilizações corporais.

Cabe destacar que desde os anos 1970, o conceito de gênero tem sido usado para questionar a ideia de que as diferenças sociais entre os sexos são naturais, apontando que essas diferenças são socialmente construídas. Isso impactou não apenas os estudos feministas, mas também o movimento LGBTQIAPN+⁵, que reivindicou a revisão de conceitos tradicionais como público e privado, identidade e papéis de gênero, com base em suas experiências.

2.2 O conceito de raça em discussão

Lélia Gonzalez (2020) analisou o racismo no Brasil com base em três aspectos fundamentais: a divisão sexual e racial do trabalho, a miscigenação e o mito da democracia racial, iluminando a realidade vivida pelas mulheres negras e pardas na América Latina.

A autora (idem) argumenta ainda que a divisão do trabalho precisa ser analisada de maneira intrínseca com a questão racial, pois as mulheres enfrentam uma discriminação tripla: de gênero, raça e classe, sendo maioria entre o vasto proletariado brasileiro.

⁵ Em documentos oficiais ou governamentais – como a Política de Saúde da População LGBT, por exemplo – ainda se utiliza a sigla LGBT. Todavia, na presente monografia, optou-se pelo uso da sigla mais recente e utilizada pelos movimentos sociais, qual seja: LGBTQIAPN+, que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Neutro e o + simbolizando outras orientações sexuais e/ou identidades de gênero.

A análise da sociedade deve, portanto, incluir raça como elemento essencial, uma vez que as questões de gênero e raça estão intrinsecamente ligadas para entender a vida das pessoas e lutar por direitos, especialmente para aqueles que não se encaixam no modelo de “sujeito universal moderno” — masculino, branco, cisgênero, heterossexual e de classe alta (TRINDADE, 2022, p. 7).

Segundo Silvio Almeida (2018) e Domenico Losurdo (2020), essa ideia de “sujeito universal civilizado” é fruto do pensamento liberal e imperialista dos séculos XVI ao XVIII, onde o homem branco europeu era visto como o único portador de humanidade e cidadania.

Almeida (2020) acrescenta que a raça foi usada como uma ferramenta de colonização para subjugar os povos da América, África, Ásia e Oceania. A partir da classificação de grupos humanos com base em características físicas, biológicas e culturais, surgiu a distinção entre “civilizados” e “selvagens”.

Losurdo (idem) demonstra como o liberalismo esconde a exploração dos trabalhadores na Europa e hierarquiza as raças, colocando as elites brancas no topo. A brutalidade colonial utilizou tortura, estupros, incêndios e massacres, exercendo poderes ilimitados sobre a vida e estabelecendo o que era considerado civilização ou barbárie (LOSURDO, ibidem).

Portanto, qualquer teoria que busque ampliar a democracia, tornando-a menos excludente e mais plural, precisa questionar essa concepção moderna e liberal de sujeito (TRINDADE, 2022).

Em relação ao conceito de raça, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) destacou em 2016 que deve ser compreendido como uma construção social e histórica, não como algo baseado em biologia. A raça é uma categoria complexa e crucial para o debate sobre discriminação e racismo (CFESS, 2016, p. 8).

A sociedade brasileira enfrenta desafios profundos em relação à sua formação e às complexas dinâmicas sociais e raciais que a diferenciam de outras nações.

Clóvis Moura (1984) argumenta que a questão racial é a questão social mais antiga do país, estando no centro da dominação de classe desde a colonização e o período escravocrata, permanecendo central mesmo sob o capitalismo moderno (MOURA, idem, p. 27).

Embora a ciência tenha demonstrado que, biologicamente, só existe uma raça – a humana –, os avanços científicos não são suficientes para resolver os efeitos concretos de discriminação.

A realidade das populações negras e indígenas é marcada por desvantagens socioeconômicas em diversas esferas, apesar de representarem 56% da população brasileira (IBGE, 2022).

Angela Davis, em sua obra “Mulher, raça e classe” (2016), aborda as conexões entre feminismo, antirracismo e luta de classes. O referido livro discute os efeitos do escravismo e a forma desumanizante como as mulheres negras foram tratadas, salientando que é impossível pensar em um projeto de nação sem considerar o racismo como um elemento central, já que as sociedades escravocratas foram fundadas nele (RIBEIRO, 2016, p. 18).

Sueli Carneiro (2003) destaca o protagonismo das mulheres negras na transformação das concepções feministas e na luta por justiça social no Brasil. A ação dessas mulheres tem promovido o reconhecimento das desigualdades intragênero, dos impactos do racismo e dos privilégios concedidos às mulheres brancas, além da necessidade de políticas específicas para mulheres negras e a inclusão do recorte racial na feminização da pobreza (CARNEIRO, idem, p. 129-130).

Carneiro (ibidem) enfatiza que o movimento político das mulheres negras traz uma perspectiva diferenciada, que se baseia em suas experiências históricas e na afirmação de suas identidades femininas. Ao enfrentar as opressões a partir da interseccionalidade, introduz-se uma perspectiva antirracista essencial para o feminismo, rejeitando a universalização teórica do gênero que o discurso eurocêntrico propõe.

Enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado, concretamente, demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem na configuração, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a

crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (TEIXEIRA; GÓIS, 2020).

2.3 O biopoder foucaultiano: controle sexual e docilização dos corpos femininos

Michel Foucault (1976) introduz o conceito de biopoder para descrever uma mudança significativa na forma como o poder se exerce a partir do século XVII. Antes, o poder soberano se definia pelo direito de vida e morte, ou seja, pela capacidade de decidir quem vive e quem morre.

O biopoder, no entanto, transforma essa lógica, deslocando o foco para a gestão da vida, o que inclui não apenas a preservação, mas a otimização da saúde, dos comportamentos e da produtividade das pessoas. O poder deixa de ser apenas um instrumento de morte e passa a ser um mecanismo que regula a vida nos mínimos detalhes.

O biopoder manifesta-se por meio de dois eixos principais: a disciplina e a biopolítica. A disciplina age sobre os corpos individuais, buscando controlá-los como máquinas, com o objetivo de aumentar sua eficiência e utilidade. Ela se desenvolve a partir de práticas de vigilância, organização de espaços, estabelecimento de horários e normatização de comportamentos. Exércitos, escolas, hospitais e fábricas se tornam instituições-chave nesse processo, que visa treinar os corpos, torná-los produtivos e, ao mesmo tempo, submissos às regras estabelecidas.

Por outro lado, a biopolítica ocupa-se da gestão das populações como um todo, tratando de questões como saúde pública, controle de doenças, natalidade, longevidade e bem-estar social. Enquanto a disciplina é centrada no corpo individual, a biopolítica lida com fenômenos coletivos, regulando populações inteiras. Ambas as formas de poder se complementam, criando uma rede de controle que abrange tanto a vida individual quanto a vida coletiva.

Foucault (idem) identifica que o desenvolvimento do biopoder é um elemento essencial para a consolidação do capitalismo. O controle disciplinar dos corpos e a gestão biopolítica das populações foram fundamentais para

inserir as pessoas nas engrenagens da produção capitalista. Ao mesmo tempo, o biopoder permitiu que os governos regulassem questões econômicas e sociais de maneira mais eficaz, com políticas que incluíam desde a organização do trabalho até a administração da saúde pública.

Um aspecto central na análise de Foucault (1976) é o papel da sexualidade dentro das dinâmicas do biopoder. A partir do século XVIII, o sexo deixa de ser um assunto privado e passa a ser regulado por instituições como a medicina, a psicologia e a religião.

As pessoas são incentivadas a falar sobre sua sexualidade em consultas médicas, confissões religiosas e na educação formal, transformando o sexo em um objeto de análise e controle. Esse processo, segundo Foucault (idem), está intimamente ligado ao biopoder, já que o controle da sexualidade se torna uma ferramenta de regulação tanto dos corpos individuais quanto das populações.

O referido filósofo francês (ibidem) traça uma linha entre o que ele chama de "sociedade do sangue" e a "sociedade do sexo". Na sociedade do sangue, o poder estava associado à guerra, à honra, à soberania e ao controle direto sobre a vida e a morte.

O sangue representava a força bruta, a transgressão e o direito de derramar sangue. Com a modernidade, esse poder se desloca para o sexo, que se torna o principal alvo de vigilância e normatização. O sexo, diferentemente do sangue, se insere na vida cotidiana por meio de uma série de normas e regulamentos, simbolizando a passagem do poder soberano para o poder normativo.

Essa transição não foi completamente linear, e Foucault (1976) destaca que ambos os regimes de poder, o do sangue e o do sexo, coexistem em muitas situações. O racismo moderno, por exemplo, nasce dessa intersecção entre a preocupação com a pureza do sangue e o controle da sexualidade. Políticas de controle da família, do casamento e da educação são construídas com base em uma lógica que visa preservar uma "raça" idealizada, moldando a saúde e o comportamento das populações.

Foucault também explora como a sexualidade se torna central para as práticas de poder no século XIX. A medicina desempenha um papel fundamental nesse contexto, ao tratar a sexualidade como um ponto de

articulação entre o corpo individual e a população. A ideia era que a sexualidade, se não fosse devidamente controlada, poderia ameaçar tanto a saúde individual, devido a doenças, quanto o bem-estar coletivo, já que comportamentos sexuais "indisciplinados" eram vistos como uma ameaça à ordem social e ao futuro da população.

O biopoder, então, articula-se por meio da disciplina e da biopolítica, que se encontram na figura da norma. A norma é o elo que conecta o controle disciplinar do corpo à regulação da população. Para Foucault, a sociedade moderna é caracterizada por ser uma "sociedade de normalização", onde a norma substitui a lei tradicional como a principal ferramenta de controle social. Nesse novo cenário, o poder não se exerce apenas por meio de ameaças ou punições, mas por uma vigilância contínua e pela imposição de normas que moldam os comportamentos e regulam a vida.

Outro aspecto importante na análise de Foucault (1976) é o papel do cristianismo na construção da sexualidade como objeto de confissão e vigilância. A partir da doutrina cristã, a sexualidade foi colocada no centro da vida social e espiritual. As pessoas foram incentivadas a examinar seus desejos, confessá-los e transformá-los em discurso. Foucault argumenta que, no Ocidente, o sexo se tornou o lugar privilegiado onde se revela a "verdade" do indivíduo, e essa transformação se deu como parte de uma estratégia mais ampla de controle e regulação das vidas humanas.

No final, Foucault (idem) mostra como a sexualidade e o biopoder estão profundamente entrelaçados, com o controle do sexo servindo como uma ferramenta fundamental para a regulação da sociedade moderna. A história da sexualidade, na perspectiva foucaultiana, é também a história do poder sobre a vida, um poder que se infiltra nos corpos e nas populações de maneira invisível, moldando normas, comportamentos e identidades.

2.4 Da caça às bruxas do século XV ao assédio sexual no século XXI

Nos cenários da evolução social e histórica da humanidade, a consolidação do patriarcado trouxe diversas formas de violência contra as mulheres, por vezes, legitimadas e integradas ao tecido social.

Segundo Saffioti (2004), esse sistema patriarcal surgiu quando a humanidade desenvolveu a agricultura e começou a acumular excedentes. Com essa nova relação de domínio sobre a terra, emergiram as primeiras aldeias, que, aos poucos, transformaram-se em cidades-estados e estruturas de poder.

Todavia, a exploração e o domínio não ficaram restritos apenas ao meio ambiente ou à propriedade de terras, mas, também, se estenderam sobre o corpo e a vida das mulheres.

Pesquisadores como Almeida (2010), assinalam que antes do período patriarcal, existia um modelo matriarcal, no qual a figura da Deusa Mãe simbolizava a vida e era reverenciada. Logo, a sociedade desses tempos organizava-se de maneira que, embora as tarefas de subsistência fossem distintas entre os gêneros, existia uma valorização equitativa dos trabalhos, independentemente do sexo.

Em algumas culturas nômades, por exemplo, era bastante comum ver as mulheres ocupando espaços de participação ativa, em um sistema social mais igualitário. As religiões politeístas reforçavam essa posição, valorizando o papel da mulher como criadora da vida e associada ao sagrado (ALMEIDA, *idem*).

Com o avanço das ferramentas agrícolas, contudo, o homem passou a ter maior controle sobre a natureza e, também, a entender seu papel na reprodução. Esse conhecimento trouxe uma ruptura, qual seja: o patriarcado assumiu o lugar do matriarcado, substituindo a Deusa Mãe pelo Deus Pai em várias culturas, como nas greco-romanas e judaicas, e redefinindo, por consequência, o lugar da mulher como submisso (ALMEIDA, *ibidem*).

Com o surgimento das cidades-estado, o homem detinha não só o controle sobre a natureza, mas, também, sobre as mulheres, que eram vistas como seres inferiores. Em Atenas, por exemplo, o “berço da democracia”, apenas homens patrícios, livres e proprietários tinham o direito de participar da vida pública e de exercer o *bios politikos*. A mulher, sem esse direito, era relegada à vida privada, sendo cuidadora e mãe, sem cidadania e sem voz política (ARENDR, 2007).

Essa divisão entre a vida pública e a vida privada, conforme analisa Arendt (idem), foi uma das bases de hierarquização entre os gêneros que influenciou o ocidente e ainda se mantém presente.

A organização social grega, de fato, nos legou muito em termos de democracia e cultura, porém, numa visão estruturalmente misógina e discriminatória, que define a mulher como inferior (ALMEIDA, 2010).

Na Idade Média, essa visão se agravou, trazendo para o corpo feminino uma série de estigmas. Ora visto como instrumento de pecado, ora como símbolo de pureza, o corpo da mulher era associado à tentação e ao mal ou à obediência e à santidade. Ambas as visões, no entanto, se consolidaram em um sistema de controle e opressão que justificava diversas violências, incluindo torturas e perseguições durante a caça às bruxas (MARTINS, 2013).

Nesse período medieval, o Tribunal do Santo Ofício, ou Inquisição⁶, desempenhou um papel crucial na perseguição das mulheres, especialmente aquelas acusadas de bruxaria. Segundo Federici (2017), mais de 80% das pessoas executadas por bruxaria na Europa nos séculos XVI e XVII eram mulheres, consideradas um perigo à ordem estabelecida.

A obra *Malleus Maleficarum*, ou O Martelo das Feiticeiras, dos autores Kramer e Sprenger (2015), retrata a mulher como intrinsecamente carnal, com uma natureza imperfeita e propensa ao pecado, e foi uma das ferramentas usadas para justificar essa perseguição. Esse livro revela o desejo da sociedade de exercer controle sobre as mulheres, tanto físico quanto espiritual, e evidencia uma misoginia institucionalizada.

A opressão e violência contra a mulher não se limitavam às questões religiosas; permeavam, também, outras áreas da vida social. Segundo Perrot (2005), o corpo feminino foi transformado em objeto de propriedade, representado em práticas de controle, como casamentos arranjados, punições físicas, mutilações corporais e exclusão dos estudos.

Durante séculos, o acesso ao conhecimento foi negado às mulheres, e mesmo atualmente, em algumas partes do mundo, meninas são impedidas de

⁶ Movimento político e ideológico que surgiu durante a Idade Média e que buscava investigar, julgar e punir os hereges a partir do discurso religioso cristão católico, tendo como aparato institucional o Estado. Herege, por sua vez, é quem professa doutrina contrária ao que foi estabelecido pela Igreja como dogma.

estudar. Esse direito só foi conquistado de forma tardia e, mesmo assim, com limitações que refletiam os interesses patriarcais.

No Brasil, a violência estrutural contra a mulher remonta ao período colonial e ainda se reflete na contemporaneidade. Além disso, mesmo dentro dos próprios movimentos feministas, a luta das mulheres negras por direitos foi, por vezes, ignorada, reforçando exclusões e desigualdades históricas. Dados do IBGE indicam que mulheres negras enfrentam grandes dificuldades econômicas e sociais, com salários muito mais baixos que os dos homens brancos e condições de vida que reduzem sua longevidade (BRASIL, 2009).

Djamila Ribeiro (2017), em seu livro “O que é lugar de fala?” examina como o patriarcado e o racismo se entrelaçam, impactando a vida das mulheres negras e tornando sua luta ainda mais complexa. Em uma análise de dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), fica evidente que as mulheres negras estão entre as maiores vítimas de feminicídio e outros tipos de violência no Brasil, revelando uma sobreposição de machismo e racismo (CAVALCANTI, 2018).

A perspectiva de Federici (2017), em sua obra “Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva”, amplia a compreensão sobre as raízes da violência contra a mulher, associando-a à lógica capitalista. A referida autora (idem) destaca que a perseguição de mulheres na era medieval foi uma resposta à resistência feminina contra o capitalismo emergente, que exigia controle sobre o corpo e a sexualidade das mulheres. Para Silvia (ibidem), o corpo feminino é um campo de disputas que vai além das questões de gênero: representa uma luta por identidade, poder e autonomia.

Nunca se esqueça de que bastará uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos nunca são adquiridos. Você precisará permanecer vigilante durante toda a sua vida.⁷

A busca pelos direitos das mulheres sempre foi uma luta cheia de desafios, e essa resistência não raramente incluiu tensões internas dentro dos próprios movimentos feministas. A exclusão das mulheres negras das conquistas feministas das mulheres brancas é um exemplo das complexidades

⁷ Essa citação é amplamente disseminada em vários textos e diretamente associado à filósofa Simone de Beauvoir, no entanto, mesmo em produções acadêmicas rigorosas, a referência muitas vezes aparece de forma incompleta. Há um certo consenso em relação à autoria, atribuindo-a a referida autora.

e desigualdades dentro do feminismo. Apesar das vitórias importantes, o patriarcado e o racismo estrutural ainda exercem forte influência na sociedade atual, reforçando as desigualdades e os desafios que as mulheres continuam enfrentando, mas, também, dando força para a continuidade da luta.

Valeria Ribeiro Corossacz⁸ (2020) em seu texto, “Assédio sexual no emprego doméstico”, analisa a relação histórica entre o trabalho doméstico remunerado e a escravidão, destacando como essas conexões persistem na sociedade contemporânea. As trabalhadoras domésticas frequentemente relatam assédio sexual e condições degradantes de trabalho, evocando a continuidade entre a figura da mucama escravizada e a empregada doméstica.

Esse vínculo é reforçado por práticas e discursos que naturalizam a violência sexual contra essas mulheres, muitas vezes racializadas e economicamente vulneráveis.

Os relatos de assédio sexual demonstram ainda que, em muitos casos, as trabalhadoras enfrentam descrédito, vergonha e silêncio. Sindicalistas apontam que a dificuldade em denunciar é causada pelo desequilíbrio de poder entre patrões e empregadas, além do estigma social associado à violência. O silêncio, por sua vez, não reflete ausência de abusos, mas a impossibilidade de obter justiça em um sistema que reforça desigualdades de classe, gênero e raça.

Embora o fenômeno do assédio tenha diminuído em frequência devido às lutas por direitos trabalhistas e maior conscientização, ele permanece um problema oculto. As trabalhadoras ainda enfrentam barreiras institucionais e culturais para denunciar. Algumas mudanças, como a redução da prática de "iniciação sexual" por jovens patrões, são notadas, mas a violência por parte de homens adultos ainda persiste. Para enfrentar essas questões, sindicatos promovem espaços de acolhimento e conscientização, enquanto pesquisas

⁸ Valeria Ribeiro Corossacz é doutora em antropologia social pela E.H.E.S.S. de Paris em cotutela com a Università di Siena. Sua área de pesquisa está ancorada na imbricação de racismo, sexismo e desigualdade de classe. É professora de antropologia na Universidade de Modena e Reggio Emilia, na Itália. E autora, dentre outros, dos livros *O corpo da nação. Classificação racial e gestão social da reprodução em hospitais da rede pública do Rio de Janeiro* (UFRJ Editora, 2009), e *White middle-class men in Rio de Janeiro. The making of a dominant subject* (Lexington Books, 2018).

adicionais são necessárias para avaliar mudanças na percepção e comportamento das novas gerações.

2.5 Análise do trabalho doméstico no Brasil numa perspectiva decolonial

Durante os períodos do Brasil Colônia (1500 a 1822) e do Brasil Imperial (1822 a 1889), o poder político esteve concentrado nas mãos das elites, o que impediu a organização de resistências significativas por parte de outras classes sociais. Esse domínio absoluto, aliado a acontecimentos como a abolição da escravidão, contribuiu para o enfraquecimento do Império, culminando na transição para a Primeira República, também chamada de República Velha, que se estendeu de 1889 até a Revolução de 1930

Como mencionado anteriormente, a transição de "senhora e escrava" para "patroa e empregada" não alterou as relações de poder. As empregadas domésticas continuaram a enfrentar discriminação e estigmatização, sendo por vezes vistas como sujas e incompetentes. Essa desconfiança reforçou a divisão social, com as patroas assumindo maior controle das tarefas domésticas, enquanto as trabalhadoras eram relegadas a funções auxiliares.

Durante a época imperial, a sociedade experimentava um conflito entre os valores burgueses emergentes e o patriarcalismo escravista. Manuais de economia doméstica instruíam as mulheres da elite sobre como administrar o lar e ser boas esposas e mães, enquanto as empregadas domésticas eram disciplinadas sob ameaça de desemprego. A vida dessas mulheres era, portanto, marcada por uma marginalização contínua, que começara nas senzalas e persistia nos quartos de empregada.

A proclamação da República em 15 de novembro de 1889 trouxe a promessa de uma nova era, mas não significou uma mudança imediata para as trabalhadoras domésticas. Embora a República tenha marcado avanços políticos e sociais importantes, os direitos dessas mulheres continuaram sendo negligenciados por muito tempo. As legislações trabalhistas demoraram a garantir a essas mulheres condições básicas de trabalho, como descanso, salário justo e proteção contra abusos.

O primeiro dispositivo legal para regulamentar o trabalho doméstico surgiu em 1886, com o Código de Posturas do Município de São Paulo, que estabelecia regras para profissões como a de "ama de leite" e "criados". Contudo, o objetivo do referido Código não era proteger as trabalhadoras, mas garantir o seu controle pelos patrões. As empregadas precisavam ser registradas na Secretaria de Polícia, e sua liberdade era limitada por uma "caderneta de identificação" que monitorava suas atividades e decisões.

Durante décadas após a proclamação da República, as trabalhadoras domésticas permaneceram em situação de extrema vulnerabilidade, sujeitas a condições semelhantes às vividas na escravidão, com a diferença formal de que não eram mais "escravas". Mesmo assim, a legislação impunha regras e limitações que restringiam sua liberdade e autonomia, mantendo-as presas a relações de trabalho opressivas.

Cumprir destacar que a estrutura republicana no Brasil foi influenciada pelas constituições dos Estados Unidos, Argentina e, em menor medida, da Suíça. A primeira Constituição republicana, promulgada em 1891, trouxe novidades como o presidencialismo e o voto direto, mas ainda excluía as mulheres do processo eleitoral.

No cenário internacional, o início da Primeira Guerra Mundial em 1914 e a Crise de 1929 trouxeram grandes transformações. No século XIX, movimentos culturais como o Romantismo e a Revolução Industrial também desempenharam papéis importantes. A revolução, especialmente, trouxe a mecanização e o trabalho assalariado, inicialmente concentrado na Inglaterra, onde a ascensão de uma rica burguesia e do comércio livre impulsionaram o progresso.

A Revolução Industrial também trouxe disputas no mercado de trabalho, especialmente entre homens e mulheres. As mulheres, frequentemente preferidas para certas funções devido aos salários mais baixos, enfrentavam jornadas exaustivas, muitas vezes em condições precárias, o que impactava sua saúde e produtividade. A partir dessas experiências, foi ganhando força a conscientização sobre as condições de exploração feminina, o que se intensificou no século XX com as conquistas de direitos após a Primeira Guerra Mundial.

Nos países industrializados, como França e Inglaterra, o trabalho feminino era visto como um complemento à renda familiar, já que os baixos salários das mulheres eram essenciais para sustentar os lares. Ao longo do tempo, essa inserção no mercado industrial ajudou a alimentar os movimentos feministas, que contestavam os papéis tradicionais impostos às mulheres e demandavam melhores oportunidades em áreas como educação e trabalho.

Nas décadas de 1960 e 1970, os estudos sobre o trabalho feminino ganharam visibilidade, com pesquisas como as de Saffioti (1979 e 1992) tornando-se influentes nas universidades.

Cabe mencionar, ainda, que o Ano Internacional da Mulher, em 1975, consolidou o feminismo como um movimento social e ampliou as discussões sobre a condição feminina. Os debates questionavam não apenas a invisibilidade das mulheres, mas também a desvalorização do trabalho doméstico, propondo uma nova compreensão sobre o trabalho remunerado e o não remunerado.

A crítica feminista evidenciou que apesar de ser ignorado, o trabalho doméstico é crucial para a divisão sexual do trabalho, pois, mesmo sem remuneração, ele exige tempo e esforço, afetando diretamente as oportunidades profissionais das mulheres, que, frequentemente, enfrentam carreiras interrompidas, salários mais baixos e empregos de menor qualidade devido às responsabilidades domésticas.

Bruschini (2006) argumenta que é necessário valorizar o trabalho doméstico, reconhecendo-o como uma atividade que vai além da inatividade econômica. Embora não gere renda diretamente, ele desempenha um papel fundamental na vida das mulheres e na sociedade em geral. Essa perspectiva ajuda a entender como as obrigações domésticas afetam a trajetória profissional feminina, revelando desigualdades persistentes e a necessidade de políticas que promovam a equidade de gênero tanto no mercado de trabalho quanto na vida privada.

Para dar visibilidade ao trabalho doméstico, alguns estudos sobre orçamento-tempo foram realizados em diversos países após a Segunda Guerra Mundial, como Grã-Bretanha, União Soviética, Estados Unidos, França e Alemanha. No Brasil, essa metodologia foi adotada na década de 1970, com o objetivo de tornar visível e valorizar a atividade doméstica e outras formas de

trabalho não remunerado, majoritariamente realizadas por mulheres (BRUSCHINI, 2006, p. 5-6).

Segundo Sanches (2009), o trabalho doméstico, remunerado ou não, sempre foi visto como uma extensão natural do cuidado feminino e, por muito tempo, não foi reconhecido como trabalho verdadeiro, uma vez que não gera lucro ou serve ao mercado.

Portanto, permaneceu invisível, apesar de ser uma das ocupações mais antigas e significativas para as mulheres em todo o mundo. O cuidado com a família e o lar é essencial para o sistema familiar e para a economia como um todo. Nesse sentido, é fundamental “desnaturalizar” essa atividade para que ela seja valorizada como uma categoria profissional, com direitos e regulamentações específicas. Isso é crucial para promover a cidadania plena das trabalhadoras domésticas e superar a pobreza e as más condições de trabalho e vida (Sanches, 2009, p. 885-887).

O trabalho doméstico foi historicamente negligenciado e invisível do ponto de vista legal, mesmo durante o período republicano. Foi somente em 1916, com o Código Civil, que normas começaram a surgir, e em 1923, o Decreto nº 16.107 regulamentou o trabalho doméstico. Durante a Era Vargas (1930-1945), a pressão por regulamentação aumentou, mas as conquistas foram lentas. Apenas em 1972, com a Lei 5.859, as trabalhadoras domésticas obtiveram alguns direitos básicos, como acesso à Previdência Social e férias remuneradas. Em 1988, a Constituição Cidadã ampliou esses direitos, incluindo o salário mínimo.

A luta por reconhecimento continuou, com avanços importantes, como a PEC das Domésticas de 2013, que igualou os direitos trabalhistas das empregadas domésticas aos dos demais trabalhadores, estabelecendo novos direitos como jornada de 8 horas, adicional noturno e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Contudo, as condições de trabalho no Brasil ainda são diferentes das de países desenvolvidos, onde o trabalho doméstico é visto como um luxo e acessível apenas a uma parcela da população.

As conquistas legislativas são fruto de uma longa história de lutas e movimentos sociais que, embora tenham alcançado progressos importantes, ainda enfrentam desafios para garantir a equiparação de direitos e a valorização dessa profissão essencial.

Essa longa trajetória de exclusão e exploração, que vai do Brasil imperial à República, revela como as trabalhadoras domésticas foram mantidas à margem dos avanços legais.

Apenas décadas mais tarde, com a luta por direitos trabalhistas e o avanço das legislações sociais, começaram a conquistar reconhecimento e proteção que sempre lhes foram negados. A luta por justiça social para essas mulheres é, ainda hoje, um dos grandes desafios do Brasil moderno, refletindo as marcas profundas de uma história de desigualdade.

Segundo dados da PNAD Contínua de 2021, as mulheres negras são as que mais executam o trabalho doméstico no Brasil e mais de 95% das trabalhadoras domésticas são mulheres, sendo mais de 64% negras.

Para Sueli Carneiro (2011), o trabalho doméstico é um importante elemento para a compreensão das relações sociais no Brasil. Ao trazer para o foco o trabalho doméstico, é possível compreender como são constituídas as hierarquias sociais e de valor na nossa sociedade.

A empregada doméstica reproduz os papéis sociais na mulher na sociedade patriarcal, mas se desloca de sua casa, exercendo-o de forma remunerada, em um trabalho assalariado. São as mesmas funções, mas não os mesmos papéis, marcado por fortes características coloniais (FERNANDES; CARVALHO, 2020).

Claudia Monteiro Fernandes e Inaiá Maria Moreira de Carvalho (2020) aborda a constituição do trabalho doméstico no Brasil, desde seu período escravocrata até a atualidade, demarcando a evolução da legislação que regulamenta as relações de trabalho e as controvérsias referentes às questões sobre a reprodução ampliada da vida.

A partir disso, as autoras (idem) buscaram analisar as características sociodemográficas das pessoas inseridas nesse grupo ocupacional e suas condições ocupacionais e de remuneração. Constatam a permanência de relações de trabalho sem o registro formal, sem o acesso ao sistema de proteção social, o recebimento de baixos salários e o cumprimento de jornadas de trabalho extensas e intensas. Não obstante, algumas mudanças relativas têm ocorrido, principalmente, no próprio processo de transição demográfica por que tem passado o país e que afeta esse grupo ocupacional.

De acordo com as referidas autoras (ibidem), na sociedade brasileira, a categoria de trabalhadoras domésticas remuneradas tem uma relevância especial, sendo uma das principais ocupações de mulheres negras, de baixa renda e baixa escolaridade, que permanece naturalizada como parte da organização social de uma nação periférica, diferentemente de sociedades como a europeia ou a norte-americana.

Apesar de pouco valorizado, o trabalho do cuidado contribui de forma importante para a reprodução do sistema capitalista e para a manutenção de um determinado modo de vida das famílias de classes média e alta residentes nos grandes centros urbanos (FERNANDES; CARVALHO, 2020).

Se organizasse um encontro de todas as suas trabalhadoras domésticas, o Brasil reuniria uma população maior que a da Dinamarca e que seria composta majoritariamente por mulheres negras, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Em estudo feito em parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a ONU Mulheres, braço da Organização das Nações Unidas que promove a igualdade entre os sexos, destacou-se que o trabalho doméstico permanece como uma das principais ocupações entre as mulheres, cuja participação é de 80% no segmento em todo o mundo. No Brasil, o trabalho doméstico permanece sendo a principal fonte de emprego entre as mulheres, principalmente mulheres negras (FERNANDES; CARVALHO, 2020, p. 48-49).

No Brasil, esse contingente fica historicamente em torno dos 6% do total de ocupadas, ultrapassando o número de 6 milhões de trabalhadoras em 2018. Além disso, ainda que marcados pela precariedade e pela desvalorização econômica e social, os serviços executados por essas trabalhadoras respondem basicamente pelos cuidados com as pessoas e famílias e associados à reprodução social, a exemplo da alimentação, educação, saúde, ou cuidados com crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais (FERNANDES; CARVALHO, idem).

Como assinala Silvia Federici (2019), o trabalho doméstico faz parte da reprodução de seres humanos, sendo o fundamento de todo o sistema político e econômico. A imensa quantidade de trabalho (remunerado ou não) realizado por mulheres dentro de casa é responsável por manter o mundo em movimento.

O trabalho doméstico também permite que mulheres mais escolarizadas e qualificadas possam ter um emprego remunerado fora de casa,

empregando desta maneira outras mulheres, geralmente de classe social mais baixa, para realizar as atividades domésticas do dia a dia enquanto estão fora.

Com o envelhecimento da população, tendência demográfica em todo o mundo, o trabalho doméstico especializado de cuidado com idosos passou a crescer de maneira significativa. Seguindo a tendência média de envelhecimento, as próprias trabalhadoras domésticas passaram a ter idade mais avançada, não obstante continuem a realizar a dupla jornada ainda mais repetitiva, exaustiva e absorvente, tanto do ponto de vista físico quanto emocional. Via de regra, as trabalhadoras domésticas enfrentam uma jornada superior a 50 horas semanais, em média, dedicadas apenas a atividades de trabalho doméstico e de cuidados, seja na casa de sua empregadora, seja na sua própria casa (FERNANDES; CARVALHO, 2020).

2.6 O debate da interseccionalidade

Em 1989, Kimberlé Crenshaw apresentou o conceito de interseccionalidade em seu artigo “Demarginalizing the Intersection of Race and Sex”, explorando a sobreposição de racismo e sexismo na vida das mulheres negras. Em 1991, expandiu a ideia no texto “Mapeando as Margens”, destacando como essas mulheres enfrentam marginalizações estruturais específicas.

Desde então, a interseccionalidade tornou-se central no feminismo negro, ao analisar como racismo, sexismo e outras formas de opressão se entrelaçam para criar desigualdades únicas. Esse olhar crítico revela como o padrão colonial moderno sustenta discriminações institucionais, dificultando a adaptação de movimentos feministas brancos, lutas antirracistas e políticas de direitos humanos às realidades de identidades interseccionais.

No campo jurídico, a universalização de políticas públicas frequentemente ignora essas intersecções. Mulheres negras são colocadas entre agendas contraditórias: enquanto violências policiais são tratadas como um problema masculino, a violência doméstica e o encarceramento são vistos sob uma ótica majoritariamente branca. Assim, elas enfrentam estereótipos como mães solteiras ou responsáveis pela “redenção” de jovens em situações de vulnerabilidade.

Além disso, políticas punitivistas as posicionam como cúmplices no tráfico de drogas ou em situações de violência doméstica, enquanto o Estado penal e práticas como a revista vexatória reforçam o controle racial e desmantelam laços familiares. A invisibilidade das mulheres negras nos movimentos feministas e antirracistas, aliada ao silenciamento das religiões de matriz africana, amplia sua vulnerabilidade, demonstrando que o padrão colonial segue operando na negação de direitos básicos e na perpetuação de desigualdades.

Esses desafios demandam uma abordagem mais sensível e comprometida com a análise interseccional, para combater as lacunas na academia e na militância e trazer justiça às mulheres negras no sistema penal e na sociedade como um todo.

As celas podem ser entendidas como espaços de convivência doméstica, onde mulheres encarceradas enfrentam desafios específicos. Muitas delas vivem alheias à proteção da Lei Maria da Penha, que, por sua visão limitada e colonial, não considera as múltiplas camadas de violência interseccional. Em casos de abusos dentro do cárcere, as vítimas muitas vezes silenciam para não comprometer benefícios como a remissão de pena, o que evidencia as falhas das políticas legais em lidar com essas complexas realidades.

Embora os direitos humanos preguem igualdade para todas as pessoas, independentemente de raça, gênero ou qualquer outra condição, as mulheres negras enfrentam racismo e sexismo tanto nas instituições quanto na sociedade. Um exemplo histórico nos EUA é o caso de Emma DeGraffenreid, que, junto a outras mulheres negras, processou a General Motors nos anos 1970 por discriminação. A empresa segregava funções por raça e gênero: homens negros ocupavam trabalhos braçais, enquanto mulheres brancas assumiam cargos administrativos. As queixas das mulheres negras eram frequentemente desconsideradas por não se enquadrarem nas categorias tradicionais de discriminação.

No Brasil, casos como o de Simone André Diniz, que foi recusada para uma vaga de empregada doméstica devido ao requisito explícito de “preferência branca” em um anúncio, ilustram como o racismo e o sexismo operam juntos. Mesmo com leis antirracistas e feministas, a falta de uma

abordagem interseccional impede que as discriminações enfrentadas pelas mulheres negras sejam adequadamente combatidas.

Kimberlé Crenshaw nos ajuda a entender que a interseccionalidade não é apenas sobre múltiplas identidades, mas uma ferramenta analítica para revelar como as estruturas sociais e políticas criam barreiras específicas para mulheres negras.

Sem essa lente, movimentos feministas e antirracistas frequentemente reforçam, mesmo que involuntariamente, as opressões que buscam combater. Para avançar, é essencial adotar uma perspectiva que reconheça e confronte as experiências interseccionais, promovendo justiça de forma mais abrangente e eficaz.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) precisa considerar que nem todos os jovens são tratados igualmente pela justiça. A experiência de adolescentes negros é marcada pelo racismo, que frequentemente os rotula como "menores", enquanto jovens brancos mantêm o status de "adolescentes". Essa diferença reflete uma combinação de raça e gênero que, somada às desigualdades de classe, molda o tratamento judicial e social.

Enquanto homens brancos que cometem crimes graves recebem penas mais brandas ou até mesmo são inimputáveis, homens negros pobres são estigmatizados como perigosos e enfrentam encarceramento em massa. No entanto, o impacto do racismo e do patriarcado não para aí: mulheres negras também sofrem discriminação específica. A violência contra elas, muitas vezes invisibilizada, é agravada por estruturas institucionais que falham em oferecer proteção adequada, especialmente nas periferias e em horários críticos, como à noite e nos fins de semana.

A Lei Maria da Penha, apesar de ser um marco importante, carrega limitações ao não incorporar plenamente a interseccionalidade. Criada por um movimento majoritariamente de feministas brancas, ela nem sempre contempla a realidade das mulheres negras, que frequentemente desejam formas de mediação que não impliquem diretamente na prisão de seus agressores, considerando o histórico colonial de encarceramento.

O conceito de interseccionalidade, formulado por Kimberlé Crenshaw, destaca como diferentes sistemas de opressão — racismo, sexismo, classismo — interagem, criando barreiras únicas para grupos marginalizados. Políticas

públicas e movimentos sociais precisam adotar essa abordagem para compreender e combater de forma efetiva as desigualdades estruturais, garantindo que vozes antes silenciadas sejam ouvidas e suas realidades transformadas.

O sistema capitalista, desde o século XVIII, consolidou-se como o modo de produção dominante, baseado na exploração dos trabalhadores e na constante precarização de suas condições de vida. Um exemplo marcante disso é o trabalho doméstico, historicamente negligenciado e, mesmo quando regulamentado, frequentemente desvalorizado.

Essa atividade, majoritariamente realizada por mulheres negras no Brasil, é vista pelo capital como improdutiva, por não gerar mais-valia diretamente apropriável. Tal visão serve de justificativa para a negação de direitos, sob a alegação de que o trabalho doméstico não se equipara às demais ocupações. Contudo, ele é essencial ao sistema, criando condições para a exploração de outras categorias laborais e perpetuando desigualdades.

Este estudo busca, sob a ótica marxista, discutir o papel do trabalho doméstico no capitalismo, analisando-o como elemento da "questão social". A pesquisa revisa marcos históricos, como o período escravocrata, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Emenda Constitucional 72/2013, para evidenciar como essa exploração foi moldada ao longo do tempo no Brasil.

Conclui-se que a situação das trabalhadoras domésticas reflete as profundas desigualdades da relação entre capital e trabalho, agravadas pela omissão estatal em implementar políticas públicas eficazes para a categoria. Assim, o trabalho doméstico, ainda que considerado "improdutivo", é central para o funcionamento do capitalismo, ao mesmo tempo em que simboliza a perpetuação da opressão e da exclusão social.

O trabalho doméstico, muitas vezes rotulado como "improdutivo" no contexto capitalista por não gerar mais-valia diretamente, desempenha um papel fundamental na manutenção do sistema. Ele garante condições para que outros trabalhadores se dediquem integralmente a atividades que geram lucro, beneficiando indiretamente a classe capitalista. Apesar de sua importância, continua sendo desvalorizado e marginalizado, especialmente no Brasil, onde é

historicamente realizado por mulheres negras, alvo de preconceitos e exploração.

Pensadores como Gramsci e Federici ampliaram o debate sobre essa dinâmica. Enquanto Gramsci aponta que qualquer trabalho, mesmo o mais básico, exige um nível técnico e contribui para a sociedade, Federici critica a visão limitada de Marx sobre o trabalho doméstico, destacando como ele é essencial para a reprodução da força de trabalho e, portanto, para a acumulação capitalista. Fraser complementa essa análise ao afirmar que o trabalho doméstico é vital para o funcionamento do capitalismo, permitindo que outros trabalhadores se concentrem na geração de mais-valia.

No Brasil, o Estado, muitas vezes visto como mediador entre classes, acaba favorecendo os interesses das elites, oferecendo apenas políticas públicas e legislações superficiais que não garantem dignidade às trabalhadoras domésticas. A resistência às mudanças, como a aprovação da PEC das Domésticas, reflete o medo de perder privilégios, especialmente da classe média alta, que historicamente usufruiu desse trabalho a baixo custo.

Em última análise, a solução para essas desigualdades não virá de pequenas reformas no sistema, mas de ações anticapitalistas lideradas pelos próprios trabalhadores. Somente uma organização política sólida poderá enfrentar a resistência das classes dominantes e buscar uma sociedade mais justa e igualitária.

Mesmo tendo condições de garantir os direitos trabalhistas às empregadas domésticas, parte da elite brasileira opta por não fazê-lo, devido ao preconceito de classe que busca manter os trabalhadores afastados de melhores condições de vida. Nesse sentido, Boito Jr (2018, p. 216) observa que medidas como programas de transferência de renda, cotas raciais e sociais, ampliação de direitos trabalhistas, aumento do salário mínimo, entre outras, são percebidas pela alta classe média como um custo adicional, uma ameaça à exclusividade de seus filhos em universidades e cargos públicos prestigiados e uma afronta à meritocracia. Além disso, essas medidas também desestabilizam as relações autoritárias e paternalistas típicas das famílias de classe média com seus empregados domésticos.

Ainda que o sistema resista a avanços sociais e trabalhistas, a luta da classe trabalhadora é essencial para evitar a submissão às investidas

neoliberais, intensificadas no Brasil pelas reformas trabalhistas nos governos Temer e Bolsonaro. No caso do trabalho doméstico, a aprovação da Emenda Constitucional 72/2013 foi um marco importante ao ampliar os direitos dessa categoria, equiparando-os parcialmente aos dos demais trabalhadores desde a Constituição de 1988. Contudo, na prática, a nova legislação, aliada a fatores econômicos e sociais, acabou contribuindo para aumentar a precarização das trabalhadoras domésticas.

Para entender plenamente essas dinâmicas, é necessário analisar as relações de trabalho doméstico no Brasil como reflexo da "questão social", considerando os impactos do conflito entre capital e trabalho sobre as classes dominadas. Essa análise será aprofundada no próximo tópico.

O trabalho doméstico sempre foi visto como uma classe distinta dos demais trabalhadores. Desde o período colonial, ele esteve associado a servos e escravos, considerados "raças inferiores" pelos portugueses, que utilizavam esses trabalhadores para atividades consideradas indignas pelos padrões da época. Após a abolição da escravidão, muitos ex-escravizados continuaram a trabalhar como domésticos em troca de moradia e alimento, em meio à ausência de políticas públicas que garantissem melhores condições de vida.

Somente em meados da década de 1920 surgiram movimentos para regulamentar o trabalho doméstico, porém, na República Velha, essas tentativas foram frustradas pela repressão estatal. No período Vargas, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) trouxe avanços, mas excluiu explicitamente as domésticas dos direitos garantidos, reforçando a ideia de que os avanços trabalhistas eram mais concessões do que conquistas.

O cenário começou a mudar no século XXI, com a promulgação da Emenda Constitucional 72/2013, que buscou equiparar as domésticas aos demais trabalhadores urbanos e rurais do ponto de vista legal. No entanto, mesmo com essa conquista, estudos apontam que a precarização aumentou devido ao cenário econômico instável. Segundo dados do IBGE, houve queda no número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada entre 2013 e 2019, o que levanta dúvidas sobre os reais impactos da legislação.

Além disso, a luta por direitos ainda enfrenta barreiras profundas. Políticas públicas efetivas são escassas, e muitas trabalhadoras domésticas seguem vulneráveis, especialmente mulheres negras e pobres. Mesmo com as

conquistas legais, as promessas nem sempre se traduzem em melhorias reais, revelando um sistema que perpetua desigualdades históricas. O trabalho doméstico representa, assim, uma expressão do conflito entre capital e trabalho, tendo raízes em nossa formação escravista e patriarcal.

De acordo com o IPEA (2019), o Brasil lidera globalmente em número de trabalhadores domésticos (6,2 milhões), sendo 92% mulheres e 63% mulheres negras. Isso reflete como o trabalho doméstico está atrelado a questões sociais, econômicas e raciais, tornando-o um desafio urgente para o debate sobre equidade no país.

O trabalho doméstico ainda enfrenta discriminação e é um símbolo claro da exploração entre trabalhadores, especialmente por ser considerado uma atividade de baixa complexidade intelectual. Apesar disso, esse trabalho é essencial para o funcionamento do capitalismo, permitindo que trabalhadores considerados "qualificados" se dediquem a atividades que geram maior produção de riqueza.

Essa desvalorização e exploração revelam que, embora os direitos das trabalhadoras domésticas tenham sido garantidos legalmente, a luta por sua efetivação ainda é necessária. O Estado brasileiro, muitas vezes omissivo diante desse conflito, mostrou-se leniente mesmo após intervenções como a Emenda Constitucional 72/2013, cujos efeitos negativos refletem o alinhamento do governo aos interesses das classes dominantes.

Por isso, é fundamental que as trabalhadoras domésticas se organizem para conscientizar sobre a complexidade das relações de trabalho, que refletem as desigualdades sociais no capitalismo brasileiro. Políticas públicas eficazes são necessárias para enfrentar essas desigualdades e melhorar as condições de vida e trabalho dessas mulheres, mesmo considerando os limites da ação estatal.

3. A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO E A ESCOLHA DO OBJETO DE PESQUISA

A vida é cheia de obrigações que a gente cumpre, por mais vontade que tenha de as infringir deslavadamente.

(Machado de Assis “Dom Casmurro”, 1899).

No presente capítulo, pretende-se abordar alguns elementos que expressam a minha profícua e fundamental experiência de estágio, que possibilitaram à formação profissional da assistente social que eu pretendo ser.

Nesse sentido, o capítulo percorre a instituição, contextualizando-a a partir de seus objetivos e finalidades, o perfil da população usuária e, por fim, a intervenção do Serviço Social na instituição, seus desafios e demandas.

3.1 Breve trajetória histórica da instituição

Criada em 1992, a ASPLANDE, no Serviço Social, tem sua atuação na área da assistência e tem como missão equipar as populações de baixa renda – especialmente grupos formados por mulheres chefes de família – para o planejamento, implementação e monitoramento de empreendimentos comunitários e cooperativos, voltados para um desenvolvimento integral e harmônico. A Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento ASPLANDE é filiada à ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais e a Rede ASHOKA.

A ONG tem como ponto chave três eixos. Em primeiro lugar o de formação e assessoria, com cursos na área de gestão, cooperativismo popular e economia solidária, assessoria individual e em grupo e também da questão de gênero e direitos humanos. O segundo eixo é o fomento, onde há o apoio à criação de material de divulgação, compra de pequenos equipamentos e insumos, além da articulação com investidores para apoiar as empreendedoras da rede. Por último, a articulação em rede, com reuniões mensais, encontros onde há a troca de experiência e rodas de conversa.

O público alvo são mulheres empreendedoras, moradoras de favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Se tratando do financiamento, por ser uma ONG a base é o trabalho colaborativo. Há a participação ativa de atores dos territórios onde atuamos; com apoio de empresas privadas; outras ONGs, entes públicos e muitos, muitos voluntários e colaboradores, Além disso, há a possibilidade de doações, no site da instituição há um local onde pode ser feita qualquer doação.

3.2 Perfil da população usuária

Por ser uma instituição voltada para o público feminino, o perfil é formado por mulheres, moradoras de favelas e periferias da região metropolitana do Rio de Janeiro. Fazendo uma síntese do material disponível nas 3 edições do e-book Mulheres que Inspiram, os dois principais dados que foram possíveis de recolher apontam quais regiões e quais projetos estão em maioria.

- Mulheres que Inspiram Volume 1, 2021 - 45 mulheres
- Mulheres que Inspiram Volume 2, 2022 - 46 mulheres
- Mulheres que Inspiram Volume 3, 2023 - 51 mulheres

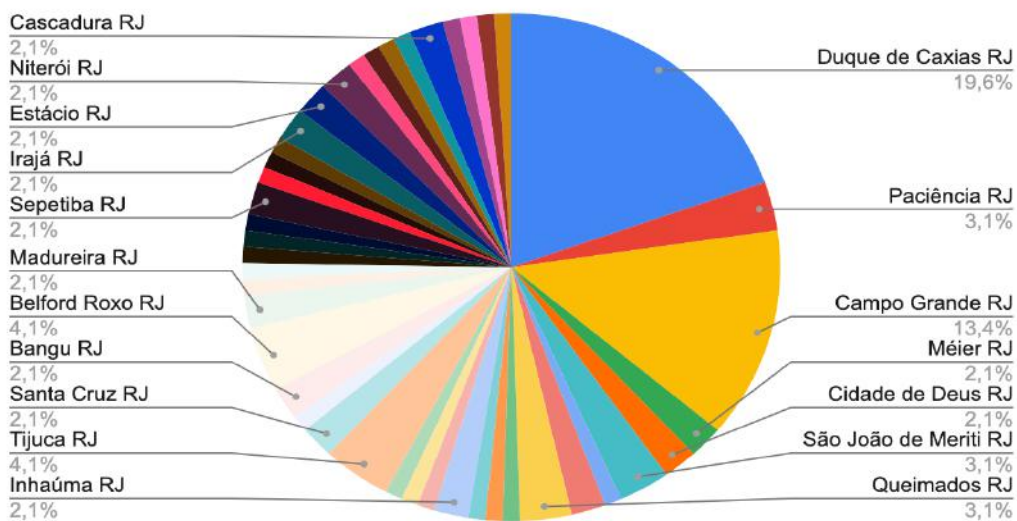
No primeiro volume, o município com maior número de mulheres contempladas pela ONG foi Duque de Caxias com 42,2% num total de 10 municípios/bairros.

No segundo volume, totalizando 14 municípios/bairros, Duque de Caxias também foi o município com mais mulheres dentro da instituição com 21,7%, seguido de Campo Grande com 13%.

No volume 3 Duque de Caxias também foi o município com maior porcentagem num total de 17,6%, logo em seguida, Campo Grande, novamente, com 13,7% seguido de mais 15 bairros/municípios.

Comparando os 3 volumes, Duque de Caxias foi o principal município com 19,6% das usuárias, sem seguida Campo Grande com 13,4%. No total foram 18 bairros/municípios como local de moradia para 143 mulheres. Conforme explicita o gráfico a seguir:

Contagem



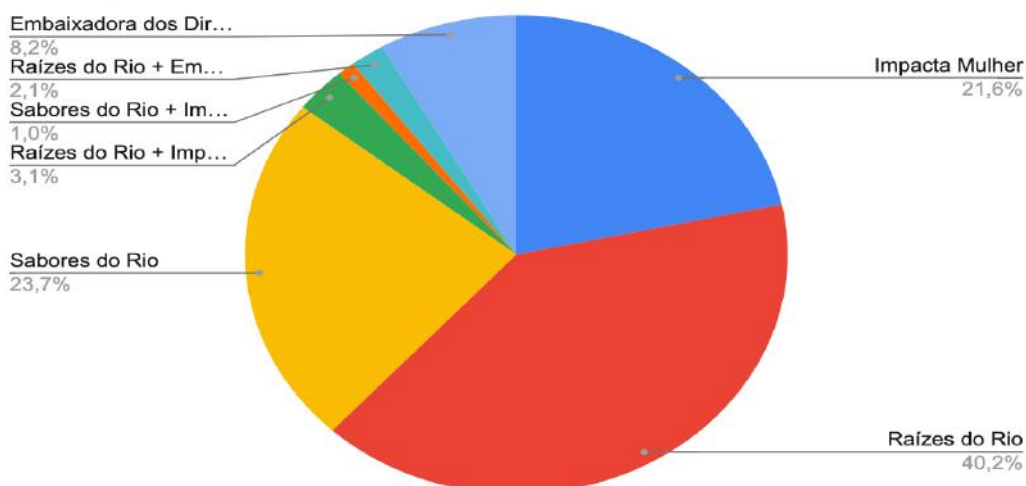
Na primeira edição o projeto que contemplava mais usuárias foi o Sabores do Rio com 71,1%, sendo este voltado para a gastronomia em geral, com cada negócio tendo sua particularidade, seguido da Incubadora com 8,9%, Raízes do Rio com 11,1% e com 8,9% as mulheres inseridas em mais de um projeto.

O segundo volume teve Raízes do Rio como principal projeto com 52,2%, em seguida, Impacta Mulher com 21,7%, Sabores do Rio com 17,4% e 8,7% de mulheres participando de dois projetos simultaneamente.

No terceiro volume, Sabores do Rio e Raízes do Rio tiveram a mesma porcentagem, 29,4%, seguido do Impacta com 21,6%.

No total das 142 mulheres e suas histórias, Raízes do Rio com 40,2%, Sabores do Rio com 23,7% e Impacta Mulher com 21,6%, conforme o gráfico evidencia a seguir.

Contagem



3.3 Principais demandas do Serviço Social e a experiência no campo de estágio

A proposta de estágio foi dividida em duas fases. A primeira consiste em contribuir para construção da pesquisa “Perfil socioeconômico de mulheres moradoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro”, através do levantamento dos indicadores socioeconômicos e de acesso às políticas públicas para este segmento. A segunda consta em ampliar o conhecimento pesquisado no âmbito da RMRJ, com recorte no segmento feminino dos territórios sócio e economicamente vulnerabilizados da cidade do Rio de Janeiro, buscando identificar as necessidades e potencialidades deste grupo populacional.

Inicialmente este levantamento deverá contemplar dados vinculados a seis pontos temáticos, a saber, educação; saúde; segurança pública/violência doméstica; assistência social; emprego e renda e mobilidade urbana.

Os dois últimos objetivos são de ação mais direta com o público-alvo e estão articulados com os dois primeiros, a saber: Conhecer o trabalho realizado pelo Serviço Social junto às mulheres - público-alvo das ações de geração de renda e economia solidária da Rede ASPLANDE, através de: apoio ao Serviço Social na organização das oficinas, rodas de conversas e eventos com as

mulheres, de forma on-line e presencial. E também realizar visitas técnicas às instituições: Instituto Pereira Passos (IPP) da Prefeitura do Rio de Janeiro e dois Centros de Referência da Assistência Social, o CRASS Botafogo e o CRASS Rio Comprido.

No que diz respeito às demandas apresentadas, mulheres já chegam na instituição possuindo uma breve noção do que é feito. Dito isso, estão sempre relacionadas a como criar o próprio negócio, como gerir, como se organizar e etc. Após o ingresso delas na Asplande, começam os diversos trabalhos e mentorias que vão ser especificados em seguida.

Criada em 1992, a ASPLANDE, no Serviço Social, tem sua atuação na área da assistência e tem como missão equipar as populações de baixa renda – especialmente grupos formados por mulheres chefes de família – para o planejamento, implementação e monitoramento de empreendimentos comunitários e cooperativos, voltados para um desenvolvimento integral e harmônico. A Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento ASPLANDE é filiada à ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais e a Rede ASHOKA.

A ONG tem como ponto chave três eixos. Em primeiro lugar o de formação e assessoria, com cursos na área de gestão, cooperativismo popular e economia solidária, assessoria individual e em grupo e também da questão de gênero e direitos humanos. O segundo eixo é o fomento, onde há o apoio à criação de material de divulgação, compra de pequenos equipamentos e insumos, além da articulação com investidores para apoiar as empreendedoras da rede. Por último, a articulação em rede, com reuniões mensais, encontros onde há a troca de experiência e rodas de conversa.

A ASPLANDE criou a Rede Cooperativa de Mulheres Empreendedoras da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em 1997. A rede acolhe empreendimentos de diferentes atividades econômicas, como gastronomia, artesanato, costura, reciclagem, beleza e uma variedade de serviços. A rede oferece apoio, informações, capacitação, mentoria e divulgação para as empreendedoras, além de oportunidades de venda compartilhadas. Atualmente, a rede conta com cerca de 600 empreendimentos. A Rede Cooperativa de Mulheres Empreendedoras realiza encontros mensais de formação e conexões em três territórios: Centro do Rio, Baixada e Zona Oeste.

Além disso, a ASPLANDE oferece outras iniciativas para mulheres empreendedoras, como cursos, oficinas, rodas de conversas e mentorias coletivas. Há também o Blog do Empreendedorismo Feminino, o programa “Conversas que Inspiram”, que convida mulheres empreendedoras para falar sobre diversos temas, e o programa Palavra de Mulher, que aborda gênero, direitos humanos e meio ambiente.

Outra iniciativa da ASPLANDE é o projeto Raízes do Rio, que reúne a produção de artesanato dos empreendimentos da Rede Cooperativa de Mulheres Empreendedoras. O objetivo é viabilizar a divulgação e vendas conjuntas, valorizando o trabalho por meio dos princípios do comércio justo. O projeto também busca aprimorar a produção com técnicas ambientalmente sustentáveis e valorizar a identidade cultural do estado do Rio de Janeiro.

A Incubadora da ASPLANDE tem como objetivo apoiar empreendedoras das favelas e periferias do Rio de Janeiro a se tornarem embaixadoras para empreendimentos sociais e criativos em suas comunidades. Através de diversas atividades, a Incubadora oferece suporte para estimular e melhorar o impacto social das participantes, além de aumentar sua capacidade de conduzir seus negócios.

Por fim, o projeto Sabores do Rio tem como objetivo qualificar e promover a atuação empreendedora de mulheres da área de gastronomia em favelas e periferias onde a ASPLANDE atua. As mulheres contempladas pelo projeto têm acesso a conhecimentos, informações e novas habilidades nas áreas de planejamento do negócio, formação de preço, gestão administrativa e financeira, desenvolvimento de novos produtos e serviços, bem como à elaboração do Plano de Negócio e Comunicação.

A Rede de Educação Popular entre Mulheres da América Latina e do Caribe (REPEM LAC) é um espaço de encontro, reflexão e construção coletiva da identidade como mulheres e educadoras feministas populares. A REPEM LAC tem o compromisso político com a educação pública, gratuita, laica, não sexista, inclusiva e sem discriminação para meninas e mulheres ao longo da vida.

A rede desenvolve suas atividades na América Latina e no Caribe desde 1981 e conta com a participação de 108 instituições, organizações e grupos de mulheres em diversos países da região. Cada país tem suas

próprias dinâmicas de trabalho e mecanismos de coordenação interna. A REPEM LAC é um espaço para compartilhar conquistas e dificuldades relacionadas à teoria e metodologia da Educação Popular Feminista e contribuir para a formulação de critérios básicos para uma educação com perspectiva de gênero.

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), fundada em 1991, tem como objetivo fortalecer as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no Brasil, especialmente aquelas envolvidas na defesa e promoção dos direitos e bens comuns.

A associação trabalha em parceria com movimentos sociais e busca dialogar com os governos para promover um mundo ambientalmente justo, com igualdade de direitos e livre de todas as formas de discriminação. A Abong reforça a importância da participação de todos na formulação e monitoramento das políticas, destacando assim a necessidade de envolvimento amplo da sociedade civil nesse processo.

Essa abordagem reflete a compreensão de que a construção de políticas efetivas requer a contribuição e a voz de diversos setores da sociedade.

A Ashoka é uma organização fundada por Bill Drayton em 1980, com o objetivo de promover o empreendedorismo social. Ela identifica e apoia empreendedores sociais inovadores que buscam solucionar problemas sociais e transformar sistemas desiguais.

O nome da organização é inspirado na palavra sânscrita Ashoka, que significa "ausência ativa de tristeza", e também é o nome de um imperador indiano conhecido por suas contribuições para o desenvolvimento econômico e bem-estar social. Além de seu trabalho no campo do empreendedorismo social, a Ashoka também busca despertar o potencial de transformação em cada indivíduo, promovendo uma visão de sociedade em que todos são agentes de mudança.

Criado em 2016, o Rio de Impacto é uma iniciativa que atua como uma rede de apoio ao NIS (Número de Identificação Social) no Estado do Rio de Janeiro. Esta rede reúne organizações locais, cujo objetivo é facilitar e promover políticas de suporte ao NIS.

Além disso, desempenha um papel crucial ao promover a conexão e apoiar a colaboração entre os principais atores envolvidos no ecossistema de impacto da região.

O MANAMANO representa um fundo voltado para a transformação social e desenvolvimento, com o propósito de fortalecer negócios de micro e nanoempreendedores nas favelas e periferias da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esta iniciativa visa mitigar os impactos econômicos ocasionados pela Covid-19, ao mesmo tempo em que busca criar ferramentas para a geração de renda em famílias vulneráveis.

Seu principal objetivo é fornecer apoio financeiro, formação e consultoria em gestão para aprimoramento de iniciativas empreendedoras. O MANAMANO é resultado de uma parceria entre instituições como Asplande, Saúde Criança, Luta pela Paz, Gastromotiva - todos bolsistas Ashoka - e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Este fundo concentra-se em micro e nanoempreendedores das áreas periféricas associadas às instituições lideradas pelos Fellows da Ashoka no Rio de Janeiro. Na primeira fase, até 700 empreendedores, tanto formais quanto informais, serão beneficiados por essa iniciativa.

3.4 Desafios enfrentados no cotidiano profissional do Serviço Social

Sobre a hierarquia da instituição, por ser modelo online, não foi possível entrar em contato com todas as pessoas que fazem parte da instituição. Apesar disso, a hierarquia dentro da asplande funciona da seguinte forma: Coordenadoria geral que hoje é ocupada por uma pessoa; uma coordenadora; uma secretária executiva; setor administrativo; setor de assessoria; setor de contabilidade; setor de design; setor de comunicação e mídias sociais; colaboradores contínuos, que fazem parte de vários projetos e permanecem atuando dentro da ONG; colaboradores, professores e palestrantes, sendo esses, pessoas que de alguma forma contribuíram para algum projeto dentro da ONG, com atuação pontual.

Dentro da Asplande, tive contato direto com a minha supervisora, que é uma das colaboradoras e, também, com a secretária executiva, com quem

pude conversar brevemente sobre o projeto de estágio que estávamos realizando.

A percepção que tive, foi que, apesar de existir uma "cadeia de comando" a atuação dentro da ONG não tem como pauta principal o cargo que a pessoa ocupa. Vão existir questões que, obviamente, vão ser direcionadas aos cargos superiores, por serem responsáveis pela gestão da ONG.

Entretanto, no dia a dia dos projetos que a ASPLANDE realiza, todos desempenham função de acordo com sua área e com o que pode contribuir, mas de forma horizontal, nos grupos voltados para a realização desses projetos é possível identificar esse perfil de colaboração geral, onde há uma comunicação e discussão clara sobre o que pode e o que tem sido feito, além de ter a participação das pessoas diretamente afetadas com isso que são as mulheres que fazem parte da ASPLANDE.

Acredito que por não estar em um estágio presencial, não pude acompanhar de perto as tensões dentro da instituição. Porém dentro da experiência de estágio, o online foi se tornando uma questão problemática. No primeiro momento foi interessante ter a facilidade que o modelo online oferece, porém ele não viabiliza a criação de vínculo físico, tanto com a instituição quanto com as pessoas que fazem parte.

O Serviço Social lida com pessoas e esse modelo de estágio não tem essa aproximação, que é tão necessária. Não poder viver essa experiência presencialmente, é algo que não é ideal. A atuação desempenhada pelo Serviço Social dentro da instituição, junto a experiência de estágio não é feita de forma convencional, a atuação é majoritariamente na forma de pesquisa e, conforme dito anteriormente, sem interação com pessoas e de forma online.

Como mencionado ao longo desse trabalho, as duplas e triplas jornadas laborais integram intrinsecamente a experiência feminina, sendo uma condição inerente ao funcionamento do sistema de produção capitalista.

Segundo Silva (2019), ao longo da celebração do cinquentenário dos movimentos sociais de maio de 68⁹, em 2018, emergiu a consciência de que,

⁹ Não há dúvida que a emancipação das mulheres e a revolução sexual que ocorreram na década de 1970 tiveram no maio de 1968 suas sementes. Muito embora não tenha sido um movimento diretamente feminista, as mulheres participaram do maio de 68 ativamente, não só na França, mas em toda a parte onde ocorrem lutas neste período. Elas eram estudantes, trabalhadoras, militantes, grevistas, estavam nos protestos e nas assembleias. Dificilmente estavam entre as lideranças, pois este era apenas o começo de uma libertação que se

atualmente, tem emergido a terceira geração de mulheres que foram educadas sob a égide da perspectiva da igualdade de gênero. Esse marco histórico ressalta não apenas o progresso alcançado, mas, também, a persistência de desafios e disparidades que demandam contínua atenção e reflexão na busca por uma equidade mais efetiva na vivência cotidiana das mulheres.

Nesse contexto, Nogueira (2010), compreende os pilares da exploração e opressão como faces intrinsecamente interligadas da mesma moeda. Consequentemente, observa-se que as mulheres desempenham papéis duplos e sequenciais, atuando tanto como trabalhadoras assalariadas no âmbito do trabalho produtivo quanto como oprimidas no cenário do trabalho doméstico, caracterizado como trabalho reprodutivo. Essa interconexão complexa revela as nuances das experiências femininas, destacando a necessidade premente de uma abordagem holística na análise das relações de gênero dentro do paradigma capitalista.

A autora (idem) destaca, ainda, que a entrada definitiva da mulher no mundo do trabalho provocou algumas alterações significativas. Dentre essas transformações, duas merecem destaque: i) a conscientização acerca da desigualdade de gênero e ii) a demanda por salários equiparados para trabalhos equivalentes, bem como por uma distribuição mais equitativa das responsabilidades no âmbito do trabalho doméstico. Tais relações são inegavelmente marcadas por uma dinâmica que se revela "desigual, hierarquizada e contraditória" (NOGUEIRA, 2020, p. 59), uma vez que a distribuição de funções entre os gêneros é, sem dúvida, um fenômeno que evolui ao longo da história, adaptando-se conforme as características de cada sociedade.

Federici (2017, p. 11), por sua vez, assinala que:

A discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é o legado de um mundo pré-moderno, mas sim uma formação do capitalismo, construído sobre diferenças sexuais existentes e reconstruída para cumprir novas funções sociais.

intensificou na década seguinte" (GENRO, 2018, s/p). Trecho retirado do artigo "Da caça às bruxas ao maio de 68: o corpo da mulher como terreno de luta", escrito por Luciana Genro, em 2018, na Revista Movimento. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/06/da-caca-as-bruxas-ao-maio-de-68-o-corpo-da-mulher-como-terreno-de-luta/>. Acesso em 20 de novembro 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Nosso sorriso sereno hoje é o veneno
Pra quem trouxe tanto ódio pra onde deitamos.
(Levanta e Anda, Emicida, 2013).*

No presente trabalho de conclusão de curso, buscou-se apresentar uma visão relativamente superficial do processo de expansão do capitalismo europeu, desde a Revolução Industrial no século XVIII até o início do século XX, e seus profundos impactos.

Na primeira fase, como mencionado, o avanço da industrialização e a construção de ferrovias transformaram as sociedades europeias, promovendo a emergência de grandes cidades industriais, o crescimento da burguesia industrial e a formação do proletariado. A divisão de classes antagônicas consolidou a burguesia como força política e econômica dominante, sobretudo, em oposição ao campesinato e à nobreza tradicional, reforçando o controle sobre os trabalhadores, que passaram a ser explorados nas fábricas em condições de extrema exploração.

Com a chegada do século XX, o capitalismo europeu atingiu seu apogeu, impulsionado pelo imperialismo, que estabeleceu o domínio sobre vastos territórios da Ásia, África e América Latina. Contudo, as contradições internas desse sistema geraram crises profundas, desencadeando conflitos e tensões que culminaram em duas grandes guerras mundiais.

O período descrito por Hobsbawm (1995) como a "era da catástrofe" evidencia o impacto devastador da Primeira e Segunda Guerras, que destruíram economias, ceifaram a vida de milhões de pessoas, deixaram muitas no desemprego e com fome, marcando o fim da supremacia europeia, abrindo espaço para o capitalismo norte-americano e consolidando a intervenção estatal nas economias.

Cabe aqui um pequeno parêntesis: os fatos da Segunda Guerra Mundial sempre foram, normalmente, narrados pela ótica de soldados e líderes políticos, enquanto a participação feminina no conflito é frequentemente relegada a papéis "secundários", como enfermeiras ou trabalhadoras fabris. Contudo, "as Bruxas da Noite" desafiam essa visão limitada. Este era o apelido

do 588º Regimento de Bombardeiros Noturnos da União Soviética, composto exclusivamente por mulheres. Operando aeronaves frágeis de madeira e lona, tais pilotos enfrentavam missões arriscadas contra as forças nazistas, realizando ataques noturnos que espalhavam terror entre os inimigos. O som dos aviões ao se aproximarem silenciosamente das bases inimigas era comparado ao de vassouras voadoras, inspirando o apelido dado pelos alemães.

Analisando o contexto pós-Segunda Guerra Mundial, observa-se como a influência global dos Estados Unidos, com políticas econômicas e intervenções ideológicas, moldou as economias e as relações internacionais de forma ampla.

No entanto, a particularidade do capitalismo no Brasil destaca as dificuldades e as desigualdades enfrentadas pela classe trabalhadora, acentuadas pela flexibilização do trabalho e pela expansão de ocupações precárias e informais. Nessa esteira, a precarização do trabalho doméstico exemplifica uma herança de dominação que reflete a manutenção de privilégios por parte das classes dominantes, perpetuando o ciclo de desigualdade.

Esse contexto revela que a ascensão capitalista e suas inovações tecnológicas não apenas moldaram o progresso industrial e o comércio mundial, mas, também, aprofundaram as desigualdades e os conflitos sociais.

A burguesia, em busca de lucros e poder, passou a consolidar um sistema no qual as crises e a exploração tornaram-se partes estruturais a este sistema. As guerras, então, emergiram como uma expressão trágica das contradições do capitalismo, marcando uma fase de destruição, mas, também, de transformação profunda na ordem econômica e política mundial.

Como foi possível observar, ao longo da história do Brasil, desde a época colonial até a Primeira República, as elites sempre detiveram o controle político e social, impedindo grandes avanços para as classes subalternas. A transição do sistema escravista para o trabalho doméstico remunerado manteve as inúmeras e profundas desigualdades.

Mesmo com o fim da escravidão, as trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres negras, continuaram a ser exploradas, recebendo pouco reconhecimento e proteção legal. Durante o Império e a República Velha, as patroas exerciam um poder absoluto sobre essas mulheres, que eram vistas

como subordinadas e sujeitas a tarefas degradantes, com uma marginalização que se originava nas senzalas e seguia nos "quartos de empregada".

No contexto internacional, a Revolução Industrial trouxe novos desafios ao mercado de trabalho, principalmente para as mulheres, que enfrentavam longas jornadas e baixos salários. Tal cenário ajudou a impulsionar o movimento feminista, que buscava condições de trabalho e direitos mais justos, especialmente após as guerras mundiais. No Brasil, entretanto, o trabalho doméstico seguiu desvalorizado e invisibilizado por décadas. Somente em 1972, com a Lei 5.859, direitos básicos foram concedidos, e a Constituição de 1988 ampliou algumas garantias.

Cabe destacar que nas décadas de 1960 e 1970 inúmeros estudos e pesquisas passaram a dar maior atenção à questão do trabalho feminino e doméstico, destacando a importância do reconhecimento dessas atividades como trabalho formal.

Algumas pesquisas apontam, ainda, que o cuidado familiar, mesmo não remunerado, é essencial para a economia e o funcionamento da sociedade. Com o envelhecimento da população, a demanda por cuidados especializados cresceu, mas, as trabalhadoras domésticas ainda enfrentam jornadas extensas e quase desumanas, refletindo um sistema de exploração estrutural que perdura na contemporaneidade.

Sobre o debate das categorias de gênero e raça, até os anos 1960, os estudos de gênero possuíam pouca amplitude e relevo na academia. Todavia, conforme mudanças culturais e tecnológicas emergiam, antigos conceitos foram questionados, principalmente sobre identidades e relações de gênero, tornando-as mais que apenas questões pessoais e privadas, levando-as ao âmbito público, social e político. A partir de então, o gênero começou a ser usado para contestar a ideia de que diferenças entre os sexos eram naturais, revelando que homens e mulheres ocupam posições diferentes na sociedade. Essa crítica influenciou tanto o feminismo quanto o movimento LGBTQIAPN+.

Com relação ao conceito de raça, Lélia Gonzalez (1988 e 2020) destacou que, no Brasil, o racismo moldou a sociedade ao combinar discriminação racial, de gênero e de classe. Silvio Almeida (2018) e Domenico Losurdo (2020), por sua vez, analisaram como o liberalismo reforçou a

exploração e hierarquização racial, criando a figura do "sujeito universal" — o homem branco, cis, heterossexual, cristão e rico.

Para Angela Davis (2016), a questão racial é central nas lutas sociais e, segundo Sueli Carneiro (2020), é essencial incluir a perspectiva das mulheres negras no feminismo, evidenciando as diferenças entre as realidades de mulheres brancas e negras.

Michel Foucault (1975), com seu conceito de biopoder, demonstrou que, desde o século XVII, o poder passou a se concentrar não só na morte, mas na gestão da vida e na disciplina do corpo. Esse controle social inclui o direcionamento da sexualidade, que se tornou um ponto central na organização da sociedade moderna. Foucault (idem) argumenta que o sexo passou a ser regulado por normas para otimizar comportamentos e preservar uma ordem social e racial idealizada, exercendo poder sobre a saúde e o comportamento tanto individual quanto coletivo.

A história humana comprova que o patriarcado consolidou diversas formas de violência contra as mulheres, inicialmente legitimadas pelo surgimento da agricultura e do acúmulo de excedentes, que levou ao domínio masculino sobre terras e pessoas.

Segundo Saffioti (2004), com o surgimento das primeiras cidades e do controle do homem sobre a reprodução, a mulher passou de figura central, como a Deusa Mãe reverenciada em tempos matriarcais, para uma posição de submissão sob o Deus Pai.

Nessa esteira, culturas como a grega reforçaram essa desigualdade, excluindo as mulheres da vida pública e política, como observa Arendt (2007). Durante a Idade Média, esse controle aumentou, com mulheres sendo perseguidas como bruxas pela Inquisição, especialmente aquelas que resistiam aos papéis impostos pela sociedade patriarcal.

Ao longo dos séculos, o corpo feminino foi tratado como propriedade, marcado por casamentos arranjados, castigos físicos e exclusão dos estudos. No Brasil, essa violência estrutural está presente desde o período colonial e afeta especialmente mulheres negras, que sofrem com baixos salários e maior exposição à violência.

Djamila Ribeiro (2017) destaca a complexidade das lutas sociais, marcada, pela intersecção entre machismo e racismo, enquanto Federici

(2017) relaciona a repressão às mulheres à ascensão do capitalismo, que exigia controle de seus corpos e sexualidades. Apesar dos avanços, o patriarcado e o racismo estruturais ainda impõem desafios e exclusões, tornando a luta das mulheres, especialmente negras, complexa e contínua.

Cumprir destacar as camadas de complexidade e opressão que envolvem o trabalho doméstico no Brasil, especialmente no contexto das mulheres negras. A presente pesquisa tentou percorrer as dimensões históricas e sociais que estabeleceram o trabalho doméstico como uma atividade de desvalorização e exploração do corpo feminino negro, uma relação construída no período colonial e perpetuada por séculos, sustentando estruturas de opressão racial e de gênero que persistem ainda atualidade e se reatualizam nas desigualdades sociais e econômicas.

Ao longo da pesquisa e da própria graduação como um todo, observei que a estrutura excludente imposta pelo sistema escravocrata ainda permanece viva na sociedade brasileira, mesmo que disfarçada sob novas camadas de opressão. Esse histórico de exploração e marginalização contribuiu para a naturalização de uma visão que associa as mulheres negras ao espaço doméstico, levando ao que muitos chamam de “não-trabalho”, ou seja, uma ocupação invisibilizada e, por vezes, mal remunerada.

Essa configuração não apenas afeta a vida dessas mulheres, mas, também, impacta a forma como o trabalho feminino em geral é percebido, contribuindo para a perpetuação de estigmas e desigualdades.

É urgente uma nova visão sobre o trabalho doméstico no Brasil, uma que seja alinhada aos princípios de igualdade e respeito aos direitos humanos. Embora avanços na esfera legal, como a Proposta de Emenda à Constituição, conhecida como a “PEC das Domésticas”, de 2013, tenham expandido direitos trabalhistas para esta categoria, a implementação de tais direitos ainda é insuficiente.

As trabalhadoras continuam enfrentando desafios, como a falta de contratos formais, baixa remuneração e pouca proteção social, o que evidencia a necessidade de políticas públicas mais efetivas e de uma sociedade que reconheça e valorize seu trabalho.

Além da implementação de políticas públicas, é essencial que a sociedade reavalie o papel do trabalho doméstico e sua relação com o racismo

e o sexismo estruturais. A mudança cultural é fundamental para que o trabalho doméstico seja reconhecido com respeito e dignidade, quebrando estereótipos que mantêm as mulheres negras em posições subalternas. Para tanto, é recomendável a criação de programas educacionais que abordem essas desigualdades históricas e promovam uma compreensão mais justa e empática do papel das trabalhadoras domésticas na sociedade.

No âmbito acadêmico, este estudo buscou contribuir ao expandir o debate sobre gênero, raça e trabalho, colocando a exploração do trabalho doméstico em uma perspectiva interseccional.

Ao examinar a exploração do trabalho doméstico, o objetivo não reside apenas buscar a compreensão do passado e do presente, mas também colaborar para um futuro no qual o trabalho doméstico deixe de ser uma herança de opressão, sendo finalmente dignificado, por se tratar de uma discussão importante e essencial para a sociedade.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. in: Feminismos Plurais. 2018
- ALMEIDA, Carla Cristina Lima de. "Corpo e gênero: articulando um debate". **Revista Em Pauta**, nº.28, dez. 2011, p. 17-27.
- ALMEIDA, Flávia Leme de. **Mulheres recipientes: recortes poéticos do universo feminino nas artes visuais**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010.
- ALMEIDA, Neide. A. (2017). **Letramento racial: Um desafio para todos nós**. São Paulo, SP: Fundação Tide Setúbal. Recuperado de <https://fundacaotidesetubal.org.br/noticias/noticia/3813/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-a-de-almeida>.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo estrutural?** (Coleção Feminismos Plurais). Belo Horizonte (MG): Letramento, Justificando, 2018.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze. Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas no Brasil: Teorias da Descolonização e Saberes Subalternos, 2007, 287s. **Tese (Doutorado em Sociologia)** – Universidade de Brasília Instituto de Ciências Sociais, Brasília-DF, 2007.
- BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.
- _____. CONSTITUIÇÃO 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 10/10/2024.
- _____. CONSTITUIÇÃO 2012. PEC Domésticas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm Acessado em 10/10/2024.
- BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado. **Revista bras. est. Pop.**, v. 23, n. 2, p. 331-353. 2006.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 16ª edição, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**, 17 (49), 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n49/18400.pdf>. Último acesso em 26 de dezembro de 2022.

_____. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas** – UNICAP, 2020, p. 01-1.

CAVALCANTI, Hylda. **Feminicídio cresce no país, apesar de aumento de ações no judiciário. Violência de Gênero**. Rede Brasil Atual, 2018.

CFESS Manifesta. **30 Anos do Congresso da Virada**. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/congresso.pdf>. Último acesso em 30/01/2017.

CFESS/CRESS. Neoconservadorismo e Serviço Social no cenário atual: começa o **44º Encontro Nacional CFESS/CRESS**, Rio de Janeiro, 2015.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. **Assédio Sexual no Emprego Doméstico**. Revista do Programa Avançado de Cultura, 2020.

DAVIS, Angela Yvone. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

_____. **O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São. Paulo: Elefante, 2019.

FELIPPE, Fabricia. Repensando a Guerra da Coreia: o papel das grandes potências na criação e perpetuação do conflito na península coreana. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Centro Universitário IBMEC – Faculdade de Relações Internacionais, Rio de Janeiro, 2019.

FERNANDES, Claudia Monteiro; Carvalho, Inaiá Maria Moreira de. Trabalhadoras domésticas: permanências e mudanças. In: RIBEIRO, M; ARAGÃO, T. **Transformações no mundo do trabalho: análise de grupos ocupacionais no Brasil Metropolitano e Não Metropolitano em quatro décadas**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020. p. 48-81.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira: União e Resistência dos trabalhadores negros**. Tese de Doutorado: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa e J. A. Guilhaon Albuquerque. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1976.

_____. **Em defesa da sociedade**. 2ª ed. tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Microfísica do poder**; tradução de Roberto Machado. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GENRO, Luciana. Da caça às bruxas ao maio de 68: o corpo da mulher como terreno de luta. Artigo publicado em **Revista Movimento**, junho de 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/06/da-caca-as-bruxas-ao-maio-de-68-o-corpo-da-mulher-como-terreno-de-luta/> Acesso em: 13 nov. 2023.

GOMES, Douglas. **Origem do Trabalho Doméstico no Brasil**. Disponível em: <http://www.ebah.com.br/content/ABAAf4d4AK/origem-trabalho-do-mestico-no-brasil>>. Acesso em 10/10/2024.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93 (jan/jun.). 1988, p. 69-82.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano**. (Organizadoras: Flávia Rios e Márcia Lima). 1ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOBBSBAWM, Eric. "Trajetória do Movimento Operário". In: **Revista Trabalhadores**. Prefeitura Municipal de Campinas, 1989. nº 2.

_____. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Estatísticas, dados populacionais e indicadores**. Disponível em: [https:// biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf). Acesso em: 13 de jun. de 2022.

KRAMER, Heinrich. **O martelo das feitiçeras**. Editora Best Seller, 2015.

LOURO, Guaciara Lopes. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, G. L. Org. O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2000. 174 p.

_____. **Um Corpo Estranho: Ensaios sobre Sexualidade e Teoria Queer**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2004. 90 p.

_____. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Ed. Vozes, 9ª edição, 2007.

_____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, v.19, nº 2, Campinas, 2008. 191 p.

LOSURDO, Domenico. **Liberalismo. Entre civilização e barbárie**. 2ª ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.

MANFRED, A. Z. **História do Mundo. II volume. O Período Moderno**. Edições Sociais, Lisboa, 1981.

MARTINS, Alcina Manuela de Oliveira. **O corpo feminino na Idade Média: um lugar de tentações**. In: BRÁS, José Vargas; GONÇALVES, Maria Neves (Orgs.). *O corpo-Memória e Identidade*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2013. p. 103-116.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Lisboa. Avante, 1975.

MARX, Karl. “A lei geral da acumulação capitalista” In: **O Capital. Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985, cap. XXIII.

_____. *O Capital*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOURA, C. **Escravidão, Colonialismo, Imperialismo e Racismo**. Revista Afro Ásia, Salvador, n. 14, 1984.

NEVES, Daniela. **A exploração do trabalho no Brasil contemporâneo**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/RyBwcJVRVXSBzhfyd9hz9Xf/#>
Último acesso em: 18/11/2024

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil. **Tempo Social**, v. 19, n. 1, 2007.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, [s. l.], v. 3, n. 2, 2010.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os silêncios da História**. Bauru: EDUSC, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Gênero em Perspectiva. **Cadernos Pagu**, 1998: pp.141-155.

_____. **Gênero: a história de um conceito**. In: ALMEIDA, H. & SZWAKO, J. (Orgs.). *Diferenças, Igualdade*. São Paulo: Berlandis & Vertecchia, 2009.

PISCITELLI, Adriana. “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. **Sociedade & Cultura**, v.11, n.2, jul/dez 2008.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Feminismos Plurais. Editora Letramento, 2017.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras; 1ª edição, 2018.

RODRIGUES, Cristiano. “Trabalho doméstico no Brasil é herança escravocrata”. Entrevista concedida à Rádio UFMG Educativa, em 12 de junho de 2020. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/trabalho-domestico-no-brasil-e-heranca-d-o-periodo-escravocrata-diz-professor-da-ufmg#:~:text=A%20emenda%20esten>

deu%20os%20direitos,desprest%C3%ADgio%20social%20dessa%20atividade%20profissional. Acesso em 26.10.2024.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes: mitos e realidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1979.

_____. “**Rearticulando gênero e classe social**”. In: COSTA, Albertina de Oliveira & BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro/São Paulo: Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SALGADO NETO, Luiz. A Crise de Suez: uma sobreposição de três conflitos (1952-1956). Dossiê Guerras, Conflitos e Tensões. **Revista Cantareira**. Edição 17 / julho-dezembro, 2012.

SANCHES, Solange. Trabalho Doméstico: Desafios para o Trabalho Decente. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 879-888, 2009.

SANTOS, Kelly Cristine Martins dos; AZEVEDO, Nadia Pereira da Silva Gonçalves. Análise discursiva da posição sujeito das mulheres negras militantes reverberada pelo discurso de Sojourner Truth. Policromias – **Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 11-35, maio/ago. 2020.

SANTOS, Judith Karine Cavalcanti. Quebrando as correntes invisíveis: Uma análise crítica do trabalho doméstico no Brasil, 2010, 85s. Dissertação (**Mestrado em Direito, Estado e Constituição**) Universidade de Brasília Faculdade de Direito, Brasília-DF, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, v. 16, n.2. Faculdade de Educação, UFRGS. Porto Alegre. 1995. p. 57-69.

SILVA, Lisiana Lawson Terra da. Mulheres e o mundo do trabalho: a infindável dupla jornada feminina. **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS**. ISSN 2594-7664, v. 3, n. 1, jan.-jun. 2019. p. 120 – 131. Rio Grande, Nov. de 2019.

SILVA, Pedro. **Trabalho doméstico e capitalismo: uma expressão da questão social no Brasil**. in: Jornada Internacional Políticas Públicas, 2023.

TEIXEIRA, Kamila Cristina da Silva.; GÓIS, João Bosco Hora. Políticas Afirmativas de Emprego no Brasil: o caso do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (2005-2016). **Trabajo y Sociedad**, Argentina, n. 35, 2020.

TRINDADE, Mably. **Interseccionando Gênero, Raça e Diversidade Sexual: considerações sobre a produção intelectual no Serviço Social Brasileiro**. ENPESS, 2022.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo. Ubu Editora. 2020.